

CAD - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO
DA FAU - P U C C

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

Ano XII

nº 98

p. 1 a 56

JAN./MARÇO/1980

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR "pro tempore"

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS "pro tempore"

Profa. Maria Rosa Cavalheiro Marafon

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS "pro tempore"

Prof. Dr. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Waldyr Verinaud Mayer

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof. Dr. Odilon Nogueira de Matos

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XII — Nº 98

JAN./MARÇO/1980

COMENTÁRIOS

RAZÕES DE UM "ÊXITO"

Odilon Nogueira de Matos

Foi com indizível alegria e — por que não o dizer? — até com emoção que vimos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo darem destaque especial à participação que tivemos numa mesa-redonda sobre a pesquisa histórica, por ocasião do X Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, realizado em Niterói, no mês de julho do ano passado. Alguns amigos e colegas que lá não estiveram mostraram-se interessados em conhecer as razões do que gentilmente chamaram de “nosso êxito”. Não houve mistério algum. Não falamos nada de mais. Não fomos subversivos, não criticamos as autoridades constituídas, não procuramos destruir a ordem vigente, não atacamos gregos e troianos, enfim nada daquilo que daria Ibope a um eventual candidato de oposição . . . E, num campo mais específico, também não nos voltamos contra os grandes mestres do passado, como está muito em moda entre os novos “donos” da História e nem procuramos destruir tudo quanto se fez até agora, como se fôssemos capazes de criar alguma cousa para substituir o que já existe. O

que fizemos foi simplesmente tocar em alguns pontos sensíveis, que estão no consenso de todos os que se dedicam aos estudos e, particularmente à pesquisa histórica, mas que nem sempre são ressaltados, de modo que parecem, quando ditos, verdadeiros “ovos de Colombo”. Que são sensíveis e evidentes, prova-o o assinalado “êxito” registrado pela imprensa carioca, fluminense e paulista. E dois foram os pontos abordados:

Em primeiro lugar, o pouco interesse que a Universidade brasileira, de modo geral e sempre com as honrosas exceções que felizmente existem, vem demonstrando pela publicação das teses que ela própria obriga seus docentes elaborar para efeito de carreira. Dá pena, realmente, constatar que trabalhos valiosos, que demandaram anos e anos de pesquisa, com despesas incalculáveis para os seus autores e que honrariam a bibliografia científica de qualquer país do mundo, sirvam apenas para o cumprimento de um dispositivo regulamentar, pois terminada a sessão solene de apresentação dos trabalhos, em que quase sempre são aprovados com distinção e louvor, “mergulham no sono da gaveta”, como ainda há pouco dizia o Professor José Arthur Gianotti num congresso de Filosofia. Como nem sempre as editoras particulares por elas se interessam (dado o caráter pouco comercial dos temas), caberia à Universidade promover as publicações, para que tantos esforços não se percam e para que a cultura nacional deles se beneficie em alguma cousa. A secretaria da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (para citar apenas um exemplo) mandou cobrir todas as suas paredes com imensas estantes do chão ao teto apenas para a guarda das teses defendidas na instituição. “Estantes do saber inútil”, eis o que se nos afiguram, pois ninguém se beneficia da imensa sapiência ali depositada... E as teses não impressas, simplesmente mimeografadas, restringem-se a uma divulgação exígua: apenas os autores, os examinadores e alguns amigos privilegiados a quem os autores eventualmente ofereçam um exemplar. É pouco, muito pouco como resultado de tantas exigências.

O segundo ponto, de que também já temos tratado em diferentes ocasiões, dizia respeito à inexistência de condições para a pesquisa histórica, dada a falta de uma conscientização em torno do valor dos arquivos, e especialmente a desigualdade em que os pesquisadores brasileiros se encontram face aos estrangeiros, muito mais amparados que os nossos pelas suas universidades. E o resultado é o enriquecimento cada vez maior da bibliografia estrangeira sobre a história brasileira, pois eles têm a seu favor o interesse de suas escolas na divulgação de seus trabalhos de pesquisa. Não somos contra os historiadores estrangeiros que cuidam de nossa história. Ao contrário, temos sido sempre prontos em louvar-lhes as realizações e em delas aproveitar sempre que necessário. Contamos entre eles exce-

lentes amigos, que reconhecem nosso trabalho à frente desta modesta publicação, fazem questão de recebê-la e reclamam muito mais que os brasileiros quando eventualmente ocorre atraso em algum número. Somos gratos a muitos deles por vários motivos. Não se trata, pois, de atitude xenófoba. O de que se cuida é fazer com que nossas universidades, dêem a seus docentes (quando em pesquisa para suas teses) facilidades iguais às que os nossos colegas estrangeiros recebem de suas instituições. Parece-nos um verdadeiro milagre que os professores universitários brasileiros consigam produzir alguma cousa sem dispensa de suas aulas, sem amparo monetário (salvo os raros casos de bolsistas), sem auxílio material de qualquer espécie por parte de suas universidades (que às vezes não lhes dão sequer uma folha de papel), sem facilidades para viagens quando obrigados a pesquisas fora de suas cidades, enfim sem condição alguma propícia ao trabalho, mais agravado ainda quando se trata de professores que, além da Universidade, têm de se desdobrar no ensino médio ou em qualquer outra atividade.

Haveria um terceiro ponto, mas este foi magnificamente retomado por Ernani da Silva Bruno em artigo na "Folha de São Paulo" e que transcrevemos em o último número desta publicação — **História de uma nota só** — referente à monotematia que até há pouco caracterizava a historiografia brasileira, mas felizmente superada. Merece lida o artigo de Ernani Silva Bruno, que reflete sua vivência de experimentado pesquisador e de historiador realmente compenetrado das verdadeiras funções da História. Vêem, pois, os leitores, que se "êxito" houve no que falamos em Niterói, foi tão-só por termos tocado em pontos que realmente estão no consenso de todos. Nada mais.

*

FRANCISCO ADOLPHO DE VARNHAGEN *

Tito Lívio Ferreira

Há quase cem anos, em Viena da Áustria onde exercia as funções de Embaixador do Brasil, a 29 de junho de 1878, falecia Francisco Adolpho de Varnhagen, Paulista de Sorocaba, o pai da História do Brasil. Ministro plenipotenciário do Império Brasileiro, Francisco Adolpho de Varnhagen, barão e depois Visconde de Porto Seguro, nascera em 17 de fevereiro de 1816, na freguesia de São João de Ipanema, município de Sorocaba da então Província de São Paulo, quando o Vice-Reino do Estado do Brasil, elevado a Reino por D. João VI, o rei luso-brasileiro, integrava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, desde 16 de dezembro de 1815. Era o terceiro filho do sargento-mor, depois tenente-coronel Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen e de sua esposa D. Maria Flávia Sá Maga-

(*) Conferência pronunciada em 10 de outubro de 1973, pelo então Presidente da Academia Paulista de História, na Biblioteca Pública Municipal "Mário de Andrade", de São Paulo, iniciando a série de orações sobre os patronos da Academia.

lentes amigos, que reconhecem nosso trabalho à frente desta modesta publicação, fazem questão de recebê-la e reclamam muito mais que os brasileiros quando eventualmente ocorre atraso em algum número. Somos gratos a muitos deles por vários motivos. Não se trata, pois, de atitude xenófoba. O de que se cuida é fazer com que nossas universidades, dêem a seus docentes (quando em pesquisa para suas teses) facilidades iguais às que os nossos colegas estrangeiros recebem de suas instituições. Parece-nos um verdadeiro milagre que os professores universitários brasileiros consigam produzir alguma coisa sem dispensa de suas aulas, sem amparo monetário (salvo os raros casos de bolsistas), sem auxílio material de qualquer espécie por parte de suas universidades (que às vezes não lhes dão sequer uma folha de papel), sem facilidades para viagens quando obrigados a pesquisas fora de suas cidades, enfim sem condição alguma propícia ao trabalho, mais agravado ainda quando se trata de professores que, além da Universidade, têm de se desdobrar no ensino médio ou em qualquer outra atividade.

Haveria um terceiro ponto, mas este foi magnificamente retomado por Ernani da Silva Bruno em artigo na "Folha de São Paulo" e que transcrevemos em o último número desta publicação — **História de uma nota só** — referente à monotemática que até há pouco caracterizava a historiografia brasileira, mas felizmente superada. Merece lida o artigo de Ernani Silva Bruno, que reflete sua vivência de experimentado pesquisador e de historiador realmente compenetrado das verdadeiras funções da História. Vêem, pois, os leitores, que se "êxito" houve no que falamos em Niterói, foi tão-só por termos tocado em pontos que realmente estão no consenso de todos. Nada mais.

*

FRANCISCO ADOLPHO DE VARNHAGEN *

Tito Lívio Ferreira

Há quase cem anos, em Viena da Áustria onde exercia as funções de Embaixador do Brasil, a 29 de junho de 1878, falecia Francisco Adolpho de Varnhagen, Paulista de Sorocaba, o pai da História do Brasil. Ministro plenipotenciário do Império Brasileiro, Francisco Adolpho de Varnhagen, barão e depois Visconde de Porto Seguro, nascera em 17 de fevereiro de 1816, na freguesia de São João de Ipanema, município de Sorocaba da então Província de São Paulo, quando o Vice-Reino do Estado do Brasil, elevado a Reino por D. João VI, o rei luso-brasileiro, integrava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, desde 16 de dezembro de 1815. Era o terceiro filho do sargento-mor, depois tenente-coronel Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen e de sua esposa D. Maria Flávia Sá Maga-

(*) Conferência pronunciada em 10 de outubro de 1973, pelo então Presidente da Academia Paulista de História, na Biblioteca Pública Municipal "Mário de Andrade", de São Paulo, iniciando a série de orações sobre os patronos da Academia.

lhães. Ele, natural da Alemanha, vassalo da Monarquia Portuguesa, porque estava a serviço de Portugal; ela, portuguesa de Lisboa. O batismo do recém-nascido foi feito na capela da Fábrica de Ferro de Ipanema a 19 de março do mesmo ano. Foram padrinhos, D. Francisco de Assis Macarenhas, conde da Palma, governador da província (1814-1819) e sua senhora. Seu pai pertencia ao Real Corpo de Engenharia, destacado em nossa terra. E administrava a fundição de ferro de Ipanema, fundada em 1810, e sob sua superintendência.

Varnhagen passou os anos de meninice no torrão natal. Aos oito anos de idade, em companhia de sua mãe, segue para Lisboa onde seu pai já estava. Após os primeiros estudos na capital portuguesa, ingressa no Real Colégio Militar onde cursa matemática. D. Pedro I abdica o trono brasileiro a 7 de abril de 1831. Com o título de Duque de Bragança organiza o Exército libertador do absolutismo de seu irmão D. Miguel, então rei do povo lusitano. Com a vitória de D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, o segundo tenente Varnhagen despe a farda, pois não sente nenhuma tendência pela carreira das armas. Em ofício reservado, de Lisboa, 14 de dezembro de 1839, Antonio Vasconcelos de Menezes Drummond, ministro do Brasil em Portugal, propõe a Caetano Maria Lopes Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império o aproveitamento de Francisco Adolpho de Varnahen em serviço, no cargo de adido à nossa Legação "com encargo especial de pesquisar e reunir documentos referentes à História do Brasil, catalogá-los, coordená-los e analisá-los de modo que verifique datas e acontecimentos e apure a verdade do fabuloso que abunda nas relações daquele tempo de propensão maravilhosa. Um ordenado de 800\$ 000 anuais seria, quanto a mim, continua Meneses Drummond, suficiente recompensa para adquirir já um moço de tanto talento e trabalho, posto que em tenra idade, e que nos tem prestado bons serviços com a publicação de suas obras a respeito do Brasil" (Rodolpho Garcia, **Ensaio bibliográfico sobre Francisco Adolpho de Varnhagen**". Varnhagen, "**História Geral do Brasil**". T-II, pág. 436 e ss. 3ª edição integral. Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d.)

O paulista de Sorocaba contava então vinte e três anos de idade quando ingressa no funcionalismo do Império como pesquisador oficial de documentos para escrever a História do Brasil até então desconhecida, embora constassem dela capítulos da História de Portugal, de 1500 a 1822.

Nessa altura, Varnhagen já era assíduo freqüentador do Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa. Discípulo de Alexandre Herculano, o maior historiador da Língua Portuguesa, o Paulista de Sorocaba prepara-se

para ser o maior historiador brasileiro. Ninguém lhe tira a glória de ser o primeiro desbravador da documentação da nossa História, o primeiro pesquisador científico dos trabalhos históricos brasileiros, o primeiro a traçar o rumo dos nossos estudos históricos. Nas suas pesquisas pelos arquivos lusitanos, Varnhagen descobre na sacristia da Igreja da Graça, em Santarém, o jazigo de Pedro Álvares Cabral. No ofício ao governo imperial sobre essa importante descoberta, o ministro brasileiro em Portugal, observa: “É coisa notável que seja um brasileiro quem descobrisse o jazigo onde repousam as cinzas do descobridor do Brasil, ignorado trezentos anos dos seus próprios”. (ob. cit. 440)

“Por esse tempo surgiram acerca da nacionalidade de Varnhagen algumas dúvidas, que procrastinaram as propostas de Drummond, em seu ofício ao Ministro dos Estrangeiros do Brasil, continua Rodolfo Garcia no seu ensaio histórico. Concluídos os estudos, veio Varnhagen à pátria, a fim de solver de uma vez aquelas dúvidas. A ocasião, porém, não era das mais oportunas, porque o espírito público naquele momento estava exclusivamente preocupado com a questão da maioridade de D. Pedro II e, da mesma forma, o governo regencial e o parlamento. A 18 de julho de 1840 o historiador empossava-se de sua cadeira no Instituto (Histórico e Geográfico Brasileiro) e, em seguida, viajava pelo interior de sua província natal, procedia a investigações nos arquivos dos mosteiros e nas Câmaras (Municipais) de São Vicente e São Paulo, visitava o litoral paulista, examinava padrões, tomava conhecimento “in loco” de fatos (acontecimentos) e circunstâncias que interessavam à História e à Geografia da Província, e o resultado de suas observações comunicava ao Instituto (Histórico e Geográfico Brasileiro). Ainda viajava em 1841, quando teve notícia de que seu pai se achava gravemente enfermo, e deu-se então pressa de regressar à Europa”. (As palavras entre parênteses são minhas.)

Quanto à nacionalidade, legalmente, Varnhagen era português, diziam os jornalistas cariocas, porque o paulista de Sorocaba nascera quando o Brasil era reino integrado no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, criado por D. João VI em 16 de dezembro de 1815. Nessas condições, todos os portugueses nascidos no Brasil, inclusive os portugueses de Portugal aqui residentes, receberam a nacionalidade brasileira pela Constituição Política de 25 de março de 1824, outorgada por D. Pedro I. Para isso, o nosso primeiro Imperador, português natural de Lisboa, assumiu a nacionalidade brasileira. Assim, ele é o brasileiro número um, sem perder a sua nacionalidade portuguesa. E criou, então, um direito novo: da dupla nacionalidade.

“Em sua ausência, (de Varnhagen) era resolvida favoravelmente a questão da sua nacionalidade brasileira, por decreto de 24 de

setembro de 1841. A 19 de maio de 1842 entrava para a carreira diplomática do seu país (seria melhor dizer de sua pátria), como adido de primeira classe à Legação de Portugal, ao mesmo tempo que era admitido como oficial regular do Corpo de Engenheiros de cujo posto se demitia nove anos depois, por ocasião da reorganização do corpo diplomático em virtude de disposição legislativa”, conclui Rodolfo Garcia. (As palavras entre parênteses são minhas.)

A respeito do assunto, escreve Basílio de Magalhães: “Francisco Adolpho de Varnhagen nasceu a 17 de fevereiro de 1816 em São João do Ipanema junto a Sorocaba. Concluído o curso superior em 1840, apressou-se a vir pleitear aqui o reconhecimento de sua nacionalidade brasileira, o que conseguiu pelo Decreto de 24 de setembro de 1841, tendo sido admitido, poucos meses depois como oficial, no Imperial Corpo de Engenheiros do nosso exército”. (**Francisco Adolpho de Varnhagen**, Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1928.)

Celso Vieira, em **Varnhagen, o Homem e a obra** (Rio, 1923) refere: “Aqui estive em 1840, aqui obtive em 1841, o reconhecimento imperial da qualidade de cidadão brasileiro (Decreto de 24 de julho)”. Em **História da Literatura do Brasil**, Sílvio Romero e João Ribeiro expõem: “Em fins daquele ano (1840) retirou-se (Varnhagen) para o Brasil, onde o seu cuidado foi fazer-se reconhecer cidadão brasileiro, pois tinha nascido no Brasil de oficial ao serviço do país, pátria que, acima de tudo, estremeceia. Foi como tal reconhecido por Decreto de 24 de julho de 1841”.

Esse acontecimento ímpar na História do Brasil precisa de ser explicado para ser compreendido. Ora, a palavra pátria para o cidadão grego, para o cidadão romano, para o homem de após a queda do Império de Roma, para o homem medieval, para o vassalo até 1792, quando foi proclamada a primeira República Francesa em todo o território da França, designava apenas o lugar do nascimento. Assim, a pátria do cidadão ateniense era a cidade de Atenas. Logo, a Grécia era uma confederação de pátrias, isto é, uma confederação de Repúblicas Citadinas. O Direito Romano era a Constituição Política do Império de Roma. Mas cada cidadão tinha a sua cidade como pátria. Da Idade Média até 1792, o vassalo tem a sua pátria circunscrita à cidade natal. A primeira Constituição Política da primeira República Francesa amplia o sentido da palavra pátria. De 1792 em diante, a pátria dos franceses é todo o território da República da França. E o vassalo passa a cidadão republicano.

Nessas condições, comprova-se como a palavra pátria referia-se apenas ao lugar do nascimento do indivíduo, com o documento abaixo:

“A Assembléa Legislativa da Província de São Paulo decreta:

Artigo único — Fica elevada à categoria de Cidade de Santos, a Vila do mesmo nome, **Pátria** do Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva; revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, 24 de janeiro de 1839. Martim Francisco Ribeiro d’Andrada — Presidente; Manoel Eufrásio de Azevedo Marques — 1º Secretário; Delfino Pinheiro d’Ulhoa Cintra — 2º Secretário.

Assim dezessete anos após a Independência, quando a Pátria Brasileira já existia, ao esperar a Maioridade, era considerado português o paulista de Sorocaba porque a Constituição Política do Império Brasileiro estabelecia a diferença entre naturalidade e nacionalidade. Assim quem nasceu no Brasil de 1500 a 1822 era português para todos os efeitos jurídicos, segundo as Ordenações da Monarquia Portuguesa. Legalmente, Varnhagen era português, natural do Brasil, pois nascera no Reino do Brasil, no reinado de D. João VI, o rei luso-brasileiro, que transferira, em 1808, a sede da Monarquia Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro. E, durante treze anos, o Rio de Janeiro foi a Capital da Monarquia Portuguesa.

Cidadão brasileiro, por decreto imperial de 1841, o paulista de Sorocaba, nomeado Secretário da Legação Brasileira, escreve a D. Pedro II, de Madrid, em 10 de fevereiro de 1852: “Senhor ! Vou pela primeira vez ter a honra de gozar da graça que me foi por V.M.I. conferida na véspera da minha partida do Rio, aos 14 de dezembro do ano passado. Então beijei mui reconhecido a Augusta Mão de V.M.I., e desde esse momento, nem um só dia tem passado sem que eu me sinta feliz com essa graça do que com todas as que já havia recebido de V.M.I.” Com estas palavras, o súdito de D. Pedro II se dirige ao soberano para manifestar-lhe o seu reconhecimento pelo fato de ter encontrado no monarca o protetor compreensivo e inteligente. E, por isso, fala de quanto lhe é grato, ao fazer o paralelo histórico inicial de sua trajetória de historiador brasileiro.

Nesse caso, continua, “Sim, Senhor, eu que me criei entre papéis e correspondências daqueles séculos de mais lealdade e civismo em que os súditos escreviam aos reis como Vaz de Caminha ao Sr. D. Manoel, ou como Duarte Coelho ao piedoso João 3º, — que eu amo tanto a justiça e a verdade, e que tenho encontrado no mundo poucos tão discretos e superiores às mesquinhezas dele, como o é o Augusto Monarca Brasileiro, aprecio a honra de escrever a V.M.I. como o maior dom de quantos me poderá em seu vasto domínio outorgar o punho imperial;

e isso tanto mais quanto não sendo uma honra pública não excitar invejas, — que às vezes não deixam saborear completamente as próprias recompensas ganhas com o suor do rosto, ou risco de vida.” (**Carta de Varnhagen a D. Pedro II e outros escritos**. “Anuário do Museu Imperial”. Ministério da Educação e Saúde. Vol. IX. p. 159. 1948.)

Varnhagen revela aos leitores desse documento como era fácil então escrever, diretamente, ao Imperador D. Pedro II. O monarca recebia e respondia diretamente às cartas a ele endereçadas. Não deixava carta sem resposta. Por isso assinala como os vassallos outrora eram homens de mais lealdade a civismo, relativamente aos súditos-cidadãos do seu tempo. Talvez porque os vassallos eram soldados do rei e os súditos eram apenas cidadãos da Monarquia moderna. E daí o historiador observar a diferença entre o vassallo, o súdito e o cidadão republicano saudoso da Monarquia.

A carta do súdito ao Monarca refere-se à viagem, à sua permanência em Lisboa e à visita à Rainha de Portugal, D. Maria II, irmã de D. Pedro II, Imperador dos Brasileiros. “Aqui (em Madrid), continua o missivista, tive já ocasião de estar com vários personagens notáveis incluindo Martinez de la Rosa e Pacheco, aos quais disse como V. M. I. os conhecia bastante; e admirando-se disso lhes acrescentei que tínhamos nós um Imperador que se não tivesse nascido no alto berço em que nasceu poderia em qualquer país desempenhar o lugar de Ministro de Estado.” (ob. cit, p. 161).

A admiração dos políticos espanhóis, diante do fato do Imperador dos Brasileiros, ser, ao mesmo tempo, sábio e político, era natural, pois isso constituía qualquer coisa de extraordinário. Na realidade, o Imperador do Brasil, D. Pedro II, apresenta aspectos interessantes ignorados por seus contemporâneos e desconhecidos ainda hoje dos estudiosos por faltar-lhes conhecimentos humanísticos. O nosso segundo monarca era o tipo do democrata culto e cultivado. E ele mesmo julgava-se o soberano-presidente, menos soberano e mais presidente de uma República, à qual tinham posto o rótulo de Império, um regime político único, organizado com parlamento próprio por brasileiros, com brasileiros e para brasileiros.

Aliás, essa idéia trabalhava o espírito de D. Pedro II. Ele vai externá-la dez anos mais tarde, em seu “Diário” onde escreve: se D. Pedro I vivesse e fosse Imperador do Brasil, ele seria, por lei, presidente do Senado e viajaria para adquirir maior cultura espiritual, como desejava. E nesse mesmo “Diário”, em 1º de janeiro de 1862, escreve: “Nasci para presidente de República.”

A carta do paulista de Sorocaba fecha com estas palavras: “Em verdade, Senhor, tenho orgulho de possuir por meu Soberano a Vossa Majestade Imperial, e a Deus faço constantes e fervorosos votos para que Ele nos conserve a preciosa vida de Vossa Majestade Imperial. Sou, Senhor, como o mais profundo respeito De Vossa Majestade Imperial O mais fiel e leal súdito, (a) Francisco Adolpho de Varnhagen (ob. cit. p. 161.)

De Madrid, 2 de maio de 1852, Varnhagen escreve a D. Pedro II: “Destá vez posso ter a consolação de dizer afoutamente a Vossa Majestade Imperial que a História do Brasil avança a passos largos. Comecei-a toda de novo em limpo dando a alguns pontos mais desenvolvimento, sobretudo na parte descritiva ajudado pelas impressões que adquiri ultimamente, e as quais conseguir incutir sobretudo ao descrever as fundações de São Vicente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Vão escritos vinte e seis grossos cadernos todos numerados, e em estado de se poderem imprimir se me sucedesse alguma desgraça. Compreendem a parte mais importante e mais **desorganizada** até agora da nossa história, a qual pode ser daqui a ano e meio completa. Dou uma suficiente idéia da cultura, língua e legislação portuguesa na época da colonização para melhor se apreciar o primitivo regime municipal de nossas capitánias. Nunca pensei que me veria obrigado a folhear tanto os cinco livros das Ordenações Manuelinas, que para esse fim trouxe comigo, e confesso a V. M. I. que hoje sinto o maior prazer em o haver feito, pois dão elas lugar a muita reflexão e estou certo que V. M. I. pode passar horas muito agradáveis correndo-as pelos olhos, se é que já o não fez. E tenho mesmo para mim que uma útil leitura lhe faria, ou terá já feito nascer desejos de prestar ao país uma dádiva análoga à do Rei D. Manuel, — um código civil pelo menos. Não concebo como nossos juriconsultos não se tenham balanceado à grande e honrosa empresa de reformar para o Brasil a parte das Ordenações ainda vigente entre nós, apesar das penas ridículas que contém de **degedros para o Brasil**, para África e para Castro Marim; Ordenações que até por infelicidade se chamam **Filipinas**, quando os juriconsultos do reinado castelhano pouco mais fizeram do que aditar, e algumas vezes **modernizar** a redação do código Manuelino. Para colaboradores duma nova recompilação, que as Câmaras previamente autorizassem, teríamos os Srs. Pimenta Bueno, Figueira de Melo, Taques, Campos Melo e outros não menos trabalhadores e entendidos”. (Ob. cit. 166 e 167.)

A citação é longa mas importante. Mostra como o historiador pesquisa o passado, mas no presente, está voltado para o futuro. Há mais de cento e vinte anos, cabe-lhe a intuição de que há cinco escritores da história: filósofos da história, sociólogos da história, ensaístas da história,

panfletários da história, marxistas da história, e historiadores de fato e de direito. Os filósofos da história filosofam sobre fatos históricos e usam a linguagem da Filosofia; os sociólogos da história fazem sociologia sobre fatos sociais com a linguagem sociológica; os ensaístas da história bordam, tecem e pintam no bastidor dos fatos históricos; os panfletários da história divertem-se em denegrir o passado, como se tivessem vivido naquela época; os marxistas da história conscientizados pela idéia de apagar o passado com a linguagem do materialismo histórico, chamado também teoria materialista da história e teoria econômica da história, muito empenhados em escrever uma história imaginativa. Finalmente, historiador de fato e de direito, é o pesquisador de documentos, porque a História é a ciência explicativa do documento. E assim a História não existe antes do historiador escrevê-la com documentos e na linguagem dos documentos.

Esta última parte, na linguagem dos documentos, Varnhagen a assinala nas últimas páginas da sua monumental obra, escrevendo que “o aumento da população deve ser procurado por meio de boas leis internas, mais que com dispendiosas negociações de colônias estranhas” foi, porém, dito pelo ilustre Senador Vergueiro, em um folheto que imprimiu em 1822, e que na secção LIII citaremos muitas vezes. Acrescentaremos que, consultando a história da colonização de alguns países da Europa, hoje bem povoados, temos que as mais eficazes leis de colonização são as que mais protegem os colonizadores, que os nossos antepassados portugueses chamavam **Povoadores**”. (Francisco Adolpho de Varnhagen. “História Geral do Brasil”. Tomo V. p. 152 3ª edição integral.) Em nota ao pé da página a letra G. indica o nome do anotador Rodolpho Garcia, e o nome do trabalho do Senador Vergueiro: “Memória histórica sobre a Fundação da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema na Província de S. Paulo. Lisboa, Tip. Rolandiana, 1822.)

Varnhagen entreviu o problema da linguagem da História, porque em toda a documentação lida por ele, de 1500 a 1822, somente encontrou **povoadores**, **povoação** e **povoamento**. Nisso está a sua probidade, a sua honestidade, a sua lisura de historiador-pesquisador. Jamais leu nos documentos: colonos, colonização e colonizadores. Nesse caso, o historiador misturou essas palavras, receoso talvez de que os leitores habituados a ler “colonos”, “colonização” e “colonizadores” não entendessem bem o sentido lusitano de **povoadores**, **povoação** e **povoamento**. E nisso está o valor do historiador, ou seja, do pai da História do Brasil, o paulista de Sorocaba.

Além de Varnhagen ser o pioneiro no problema da linguagem documental da História do Brasil, ao chamar para ela a atenção dos estudiosos do nosso passado luso-brasileiro, o historiador sorocabano ainda é o primeiro, na carta de 2 de maio de 1852 ao Imperador D. Pedro II, a dirigir os trabalhos dos futuros historiadores para duas fontes históricas imprescindíveis para o conhecimento de nossa História Pátria: as Câmaras de Vereadores, isto é, as Câmaras Municipais de hoje e as Ordenações do Reino, ou seja, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa.

Nesse caso, o primeiro historiador brasileiro a compreender e executar o pensamento do “paulista de Sorocaba”, foi o historiador Washington Luís Pereira de Sousa, quando Prefeito da Cidade de São Paulo. Este “paulista de Macaé”, Presidente do Estado de São Paulo e Presidente da República, iniciou em 1914, sessenta e dois anos depois da carta de 1852 de Varnhagen, a publicação das Atas da Câmara de Vereadores de Santo André da Borda do Campo, instalada em 8 de abril de 1553 e transferida, sete anos mais tarde, em junho de 1560, para junto do Pátio do Colégio de São Paulo de Piratininga, fundado e instalado pelo Padre Manuel da Nóbrega em 25 de janeiro de 1554. E assim, o “paulista de Macaé” é o continuador direto do plano do “paulista de Sorocaba” para se escrever a História do Brasil, ao facilitar aos pesquisadores os documentos precisos para estudarem a vida municipal luso-brasileira, desde 22 de janeiro de 1532, quando Martim Afonso de Sousa, com poderes especiais outorgados por D. João III, o Rei Humanista, realiza na Província de Santa Cruz, patrimônio da Ordem de Cristo, governado pelo Rei de Portugal, a primeira eleição livre nas Américas e instala a primeira Câmara de Vereadores de São Vicente, berço da democracia americana, neste hemisfério.

Depois de se referir ao estudo das Ordenações do Reino de Portugal, para se compreender e explicar a vida sócio-jurídica da terra brasileira, desde 1500, e sua influência na formação da sociedade luso-brasileira, Varnhagen na carta a D. Pedro II, em 1852, mostra a necessidade imperativa de o Império ter leis brasileiras elaboradas por juriconsultos brasileiros, a fim de termos o Código Civil Brasileiro. Cinquenta anos mais tarde, em 1902, é apresentado o Projeto de Código Civil Brasileiro, pela comissão especial do Senado, com parecer do Senador Ruy Barbosa sobre a redação do Projeto da Câmara dos Deputados, em 3 de abril de 1902. E daí a Réplica famosa do famoso jurisperito baiano a seu mestre de Português, o eminente Professor Ernesto Carneiro Ribeiro, grande educador da terra de Castro Alves.

A idéia de Varnhagen foi realizada sessenta e quatro anos mais tarde, quando promulgado o primeiro Código Civil Brasileiro, vigente desde 1º de janeiro de 1917. A legislação civil portuguesa, vigorou no Império e na República cerca de noventa e cinco anos após a proclamação da nossa Independência. E o artigo 1807 do nosso Código reza: "Ficam revogadas as Ordenações, Alvarás, Leis, Decretos, Resoluções, Usos e Costumes concernentes às matérias de direito civil reguladas nesse Código."

Já em 4 de março de 1853, Varnhagen escreve de Madrid a D. Pedro II, informando: "A História Geral do Brasil fica concluída. Junto incluo a dedicatória que penso publicar se V. M. não mandar o contrário. O original vai ser depositado talvez na Academia (Portuguesa) da História (em Lisboa), à qual conto dirigir cópia, a que irei retocando até entrar no prelo. Desejava chegar com a redação ao ano de 1825 e compreender a Constituição, o reconhecimento da Mãe-Pátria, e o nascimento de V. M. I., mas não me foi possível. Tão espinhosa é por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a anos não o será. Como conto imprimir a obra em Paris, peço a V. M. I., uma ordem para o Caetano Lopes de Moura se interessar pela edição. Com F. Denis conto eu já. Não tomarei hoje mais tempo a V. M. I., cujas Mãos respeitosa e beijei. De V. M. I. o mais submisso e leal súdito, (a) Francisco Adolpho de Varnhagen."

Em carta de Madrid, 14 de julho de 1857, o Visconde de Porto Seguro, título com que fora agraciado pelo Monarca Brasileiro, assina ainda Francisco Adolpho de Varnhagen e faz esta observação: "Como cronista poderei ser mais adulator ou panegirista, como historiador produziria efeitos negativos, creio que faço justiça ao Sr. D. Pedro I." (Ob. cit. p. 187.)

De Viena da Áustria, em 1871, Varnhagen escreve a D. Pedro II: "Senhor! Ao alistar-me em último lugar no catálogo dos cronistas da Terra de Santa Cruz, apressei-me em apurar patrioticamente os fatos, e em os referir com a maior imparcialidade, e a voz da consciência não me acusa a tal respeito o mínimo escrúpulo. Rogo pois a V. M. I. se digne receber benevolmente este trabalho, que apesar da sua rudeza (que a lima do tempo irá afeiçoando) ousou dedicar a V. M. I., cujo Reinado, oferece já assunto a brilhantes páginas que registrará a História, imploramos todos os fiéis súditos ao Altíssimo perpetue por dilatados anos, para felicidade e glória da Monarquia Brasileira. E assina a cópia com as iniciais F. A. V. (Ob. cit. p. 197.)

Em Francisco Adolpho de Varnhagen, para compreender e explicar a sua obra, é preciso ressaltar a sua formação científica de historiador à germânica, isto é, do pesquisador honesto e imparcial dos documentos, da fidelidade aos acontecimentos históricos e ao plano organizado sistematicamente por ele e com rigor posto em prática. No

entanto, a sua alma era brasileira, presa à terra natal, à paisagem da infância gravada para o todo sempre na sua memória e aos panoramas da terra brasileira percorrida já homem feito. Para ele a História é o tempo e a Geografia, o espaço. E na dimensão da nossa terra e nossa gente ele via, claramente visto, crescerem as estruturas política, social e econômica da Província de Santa Cruz, Estado do Brasil, Vice-Reino do Estado do Brasil, Reino do Brasil integrado no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Na superfície imensa desse imenso espaço geográfico, do Oiapock ao Chuí, do Atlântico aos Andes, uma só História, a História Geral do Brasil; uma só religião, a religião do passado a iluminar o futuro através do presente, e uma só língua, a nossa latina Língua Portuguesa, “a que primeiro praguejou (e como praguejou !) com a tempestade oceânica e a primeira que traduziu a alma da distância, a saudade”, na frase imortal do filólogo patricio João Ribeiro, nascido no Sergipe, o menor dos Estados Brasileiros, mas cujos filhos enobrecem a cultura pátria.

Por isso, Varnhagen refere-se, com natural orgulho, ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, observando: “O Reino de novo (agora) criado, pelo benéfico rei D. João (VI), era nada menos que o centro e a cabeça de um grande Império, maior que os dois (impérios) romanos, que estendia seu poder, na atual Oceânia, às ilhas de Solor e Timor; na Ásia, aos Estados da Índia portuguesa e à feitoria de Macau (às portas da China); em África, aos terrenos de Moçambique e dependências, ao Reino de Angola e às ilhas de São Tomé, Príncipe e de Cabo Verde; e na Europa ao Reino de Portugal com as ilhas adjacentes da Madeira e Açores, se é que estas sobretudo aquela se devam considerar como da Europa.” (F. A. de Varnhagen. T. V. p. 176. 3ª ed. integral.)

Na dimensão do Império Lusitano, duas vezes maior que o Império de Roma (do Oriente e do Ocidente) um punhado irradiante de portugueses dispersos na África, na Ásia, na Oceânia e no Brasil, com a nossa latina Língua Portuguesa, com o impulso amoroso da mulher branca, preta, amarela e vermelha, a brasilíndia, e com o poder espiritual do luso-cristianismo onde ardem a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã; na dimensão do Império Lusitano, duas vezes maior que o Império de Roma (do Ocidente e o do Oriente) um punhado irradiante de portugueses semeou na faixa intertropical do planeta a civilização ecumênica lusíada, isto é, a civilização da vida intensamente vivida numa atmosfera de paz, de humildade, de humanidade e de humanismo, povoando. E povoar é civilizar, humanizando.

Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, Paulista de Sorocaba, ao escrever a sua ímpar **História Geral do Brasil**, tinha diante dos olhos, dentro da sua alma, palpitante no seu coração, a imagem do Império Português, duas vezes maior do que o Império de

Roma, o maior império do planeta até hoje admiravelmente estruturado como nenhum outro, seja antes ou depois. Assim, diante dos olhos, o pai da nossa História tinha no Império Brasileiro, embora reduzidas, a imagem e a semelhança, do antigo Império Lusitano. Por isso mesmo, Varnhagen poderia escrever: Não tentamos uma obra original. Pode-se explicar os acontecimentos históricos, jamais se pode renová-los. Não sustentamos teses. Esforçamo-nos por mostrar, documentadamente, como os acontecimentos evoluíram, como evoluem os dias e as noites, na dimensão do tempo. Verifica-se ao fim e ao cabo desta análise que não é fácil conduzir os povos, que não é fácil construir, dos alicerces à cobertura, uma Nação, um Estado, um Império como o Império Brasileiro, porque cada povo, cada nação, cada Estado, cada Império tem a sua formação histórica, político-social própria, independente, autônoma. Assim, como Portugal foi constituído, desde a base à cúpula, segundo a ordem político-social-jurídica do Império de Roma, quando a Lusitânia era província romana, também o Estado do Brasil foi estruturado, desde os alicerces ao telhado, pela Monarquia Portuguesa e pelas Ordenações do Reino, a Constituição Política Lusitana, até o desmembramento do Reino do Brasil por D. Pedro I, o português criador do único Império das Américas. E a Francisco Adolpho de Varnhagen cabe a primazia, e ninguém lha tira, de ter sido o primeiro historiador brasileiro a ver na História a ciência explicativa dos acontecimentos, a ciência explicativa do homem, do ambiente e das circunstâncias, no contexto sócio-jurídico da sociedade em contínua mudança, porque os homens e as mulheres mudam, as idéias mudam, os pensamentos mudam e a própria vida se transforma, segundo as leis da permanência na continuidade.

*

O ESCRAVISMO COLONIAL

Wenceslau Gonçalves Netto

Jacob Gorender em seu livro **O ESCRAVISMO COLONIAL** (São Paulo, Ática, 1978, 592 p.), defende a idéia de que o escravismo que tivemos no Brasil foi um “modo de produção historicamente novo” (p. 55), respaldando suas idéias nos princípios de que esse modo de produção: 1) não foi uma continuação do escravismo antigo, já que variava na forma da produção da renda — renda monetária (comercialização do excedente) em oposição à renda da terra, natural, produzida nas quintas romanas, por exemplo; 2) não foi uma transferência do modo de produção existente em Portugal, pois este se encontrava ainda no feudalismo;

Roma, o maior império do planeta até hoje admiravelmente estruturado como nenhum outro, seja antes ou depois. Assim, diante dos olhos, o pai da nossa História tinha no Império Brasileiro, embora reduzidas, a imagem e a semelhança, do antigo Império Lusitano. Por isso mesmo, Varnhagen poderia escrever: Não tentamos uma obra original. Pode-se explicar os acontecimentos históricos, jamais se pode renová-los. Não sustentamos teses. Esforçamo-nos por mostrar, documentadamente, como os acontecimentos evoluíram, como evoluem os dias e as noites, na dimensão do tempo. Verifica-se ao fim e ao cabo desta análise que não é fácil conduzir os povos, que não é fácil construir, dos alicerces à cobertura, uma Nação, um Estado, um Império como o Império Brasileiro, porque cada povo, cada nação, cada Estado, cada Império tem a sua formação histórica, político-social própria, independente, autônoma. Assim, como Portugal foi constituído, desde a base à cúpula, segundo a ordem político-social-jurídica do Império de Roma, quando a Lusitânia era província romana, também o Estado do Brasil foi estruturado, desde os alicerces ao telhado, pela Monarquia Portuguesa e pelas Ordenações do Reino, a Constituição Política Lusitana, até o desmembramento do Reino do Brasil por D. Pedro I, o português criador do único Império das Américas. E a Francisco Adolpho de Varnhagen cabe a primazia, e ninguém lha tira, de ter sido o primeiro historiador brasileiro a ver na História a ciência explicativa dos acontecimentos, a ciência explicativa do homem, do ambiente e das circunstâncias, no contexto sócio-jurídico da sociedade em contínua mudança, porque os homens e as mulheres mudam, as idéias mudam, os pensamentos mudam e a própria vida se transforma, segundo as leis da permanência na continuidade.

*

O ESCRAVISMO COLONIAL

Wenceslau Gonçalves Netto

Jacob Gorender em seu livro **O ESCRAVISMO COLONIAL** (São Paulo, Ática, 1978, 592 p.), defende a idéia de que o escravismo que tivemos no Brasil foi um “modo de produção historicamente novo” (p. 55), respaldando suas idéias nos princípios de que esse modo de produção: 1) não foi uma continuação do escravismo antigo, já que variava na forma da produção da renda — renda monetária (comercialização do excedente) em oposição à renda da terra, natural, produzida nas quintas romanas, por exemplo; 2) não foi uma transferência do modo de produção existente em Portugal, pois este se encontrava ainda no feudalismo;

e 3) não houve fusão do sistema português e “brasileiro”, pois o silvícola se encontrava ainda em estágio muito atrasado e nem apresentava ensejos no sentido da escravidão. Era, portanto, algo de novo, uma criação. Um modo historicamente novo de produção.

A partir daí Gorender utiliza ampla argumentação para provar o caráter não capitalista desse modo de produção escravista instalado no Brasil. Analisaremos, aqui, uma das categorias enfocadas por ele nesse afã: a **compra da mão-de-obra**, que é uma categoria não prevista no processo de produção capitalista e que está presente no modo de produção escravista colonial. Para balizar essa pequena análise buscamos a perspectiva de **O Capital**, de Marx (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s. d., 6 volumes), quando aborda o problema da mão-de-obra e da acumulação capitalista.

Marx nos diz que a mudança do valor dinheiro em capital não acontece no próprio dinheiro: “Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender” (**O Capital**, Livro Primeiro, p. 189). Em outras palavras, o capitalista contrata a força de trabalho. Já no escravismo as coisas não acontecem assim: o escravista encontra o escravo no mercado, totalmente despojado, só lhe restando, também, a sua força individual; mas não dispõe dela livremente, ela não é mercadoria sua, é propriedade do traficante e que não dispõe dela sem receber um equivalente em dinheiro. Temos, portanto, uma diferenciação inicial básica: o escravista — ao contrário do capitalista — não encontra a força de trabalho livre no sentido duplo e nem a paga após o uso, mas faz um investimento prévio. E isso nos remete a um segundo problema.

Estaria o escravista transformando em capital esse dinheiro que investe na mão-de-obra, na força de trabalho escrava? À primeira vista a resposta seria sim. O escravista está investindo em uma mercadoria capaz de gerar valor, de transferir valor à mercadoria produzida. Mas se tomarmos como pressuposto que a produção de valor ocorre na esfera da produção, duvidaremos dessa assertiva inicial, pois que essa inversão de dinheiro se deu na esfera da circulação; o traficante que o vendeu aí se movimenta e o seu lucro advém justamente da captação de valores na esfera da circulação. Temos, aí, portanto, um falso gasto de produção. A inversão inicial no escravo foi capital-dinheiro adiantado na circulação

e que continua representado no escravo: este é capital-dinheiro, funciona como mercadoria, como meio de troca. Como se enquadra, então, esse capital no processo? Gorender elimina o impasse dizendo: “A inversão inicial de compra do escravo não funciona como capital. (...) O correto é concluir que o capital-dinheiro aplicado na compra do escravo se transforma em **capital esterilizado** (grifo de Gorender), em capital que não concorre para a produção e deixa de ser capital” (p. 188).

Passemos agora a um terceiro problema: como o escravista se ressarce desse investimento? da única maneira possível: explorando o sobretrabalho, o excedente do escravo. Há, então, uma espécie de amortização deduzida do lucro do escravista encaminhada para a liquidação dessa inversão inicial. Não uma amortização como a que acontece com a máquina que transfere seu valor durante todo o período de vida útil; com relação ao escravo é uma amortização brutal que ocorre em uma média de 3 anos, sendo que, daí para a frente, tudo que o escravo produzir será lucro. Daí a necessidade de grandes fundos ao modo de produção escravista, para suportar o peso dessa inversão inicial. Tal sistema pareceria absurdo ao processo capitalista, mas o escravista, pacientemente, arranca o sobretrabalho em parte até o momento em que faz aquilo que todo capitalista anseia, sem o conseguir: apropria-se do todo da força de trabalho, do seu período integral (pois o sustento do escravo é conseguido por ele mesmo, utilizando o seu dia de descanso, o domingo). E aí aparece o caráter vantajoso e lucrativo do escravismo.

Finalizando, ressaltaremos a influência dessa inversão inicial na acumulação. Marx nos diz que “A primeira condição da acumulação é o capitalista conseguir vender suas mercadorias e reconverter a maior parte do dinheiro por elas recebido em capital” (*O Capital*, Livro Primeiro, pp. 657 — 658). Como o escravista necessita investir uma boa parte desse dinheiro (um terço ou mais) no plantel de escravos e, já vimos, essa inversão não ocorre na esfera da produção, esse dinheiro não se torna capital, é esterilizado e, portanto, a acumulação não acontece nos moldes capitalista e há, mesmo, como diz Gorender “uma desacumulação, um corte nas possibilidades de acumulação de fundos produtivos, uma redução sempre substancial dos recursos poupados para investimento. Isto nos apresenta o escravismo colonial não apenas como pré-capitalista, mas também como anti-capitalista” (p. 211). Realmente se analisarmos pelo ângulo da categoria mão-de-obra, o modo de produção escravista nada tem de capitalista.

e que continua representado no escravo: este é capital-dinheiro, funciona como mercadoria, como meio de troca. Como se enquadra, então, esse capital no processo? Gorender elimina o impasse dizendo: “A inversão inicial de compra do escravo não funciona como capital. (...) O correto é concluir que o capital-dinheiro aplicado na compra do escravo se transforma em **capital esterilizado** (grifo de Gorender), em capital que não concorre para a produção e deixa de ser capital” (p. 188).

Passemos agora a um terceiro problema: como o escravista se ressarcia desse investimento? da única maneira possível: explorando o sobretrabalho, o excedente do escravo. Há, então, uma espécie de amortização deduzida do lucro do escravista encaminhada para a liquidação dessa inversão inicial. Não uma amortização como a que acontece com a máquina que transfere seu valor durante todo o período de vida útil; com relação ao escravo é uma amortização brutal que ocorre em uma média de 3 anos, sendo que, daí para a frente, tudo que o escravo produzir será lucro. Daí a necessidade de grandes fundos ao modo de produção escravista, para suportar o peso dessa inversão inicial. Tal sistema pareceria absurdo ao processo capitalista, mas o escravista, pacientemente, arranca o sobretrabalho em parte até o momento em que faz aquilo que todo capitalista anseia, sem o conseguir: apropria-se do todo da força de trabalho, do seu período integral (pois o sustento do escravo é conseguido por ele mesmo, utilizando o seu dia de descanso, o domingo). E aí aparece o caráter vantajoso e lucrativo do escravismo.

Finalizando, ressaltaremos a influência dessa inversão inicial na acumulação. Marx nos diz que “A primeira condição da acumulação é o capitalista conseguir vender suas mercadorias e reconverter a maior parte do dinheiro por elas recebido em capital” (*O Capital*, Livro Primeiro, pp. 657 — 658). Como o escravista necessita investir uma boa parte desse dinheiro (um terço ou mais) no plantel de escravos e, já vimos, essa inversão não ocorre na esfera da produção, esse dinheiro não se torna capital, é esterilizado e, portanto, a acumulação não acontece nos moldes capitalista e há, mesmo, como diz Gorender “uma desacumulação, um corte nas possibilidades de acumulação de fundos produtivos, uma redução sempre substancial dos recursos poupados para investimento. Isto nos apresenta o escravismo colonial não apenas como pré-capitalista, mas também como anti-capitalista” (p. 211). Realmente se analisarmos pelo ângulo da categoria mão-de-obra, o modo de produção escravista nada tem de capitalista.

NOTAS AO "ÚLTIMO MANIFESTO POLÍTICO
DE SILVA JARDIM"

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

Embora não seja um dos mais vibrantes manifestos do propagandista republicano, precursor do socialismo científico no Brasil, Antônio da Silva Jardim, nos parece interessante algumas considerações sobre ele, justamente para observarmos, mais uma vez, a têmpera e a firmeza, o vernáculo e a verve, a justiça, enfim, que sempre fora sua "qualité maitresse".

Parece-nos o óbvio, porém sempre oportuno lembrar-se que a República não apresentou nenhuma ruptura com o passado monárquico, tal qual, a Independência não representara igualmente uma ruptura total com o passado colonial. Antes, o Império, instituído em 1822 e institucionalizado em 1824, conservaria muito do espírito e dos vícios do antigo sistema colonial, bem como a República, implantada em 1889 e institucionalizada em 1891, conservaria praticamente todos os vícios do sistema monárquico que o Manifesto de 1887 tão duramente criticara. Assim, o sistema eleitoral permaneceria eivado de vícios, continuando a vigorar o sistema de cabresto, ao invés de eleições populares; o governo representativo, continuaria uma farsa; os partidos políticos permaneceriam desacreditados, girando sempre mais em torno de homens do que de idéias; os oprimidos, continuariam a ser aviltados; a instrução pública permaneceria abandonada; os privilégios de "classes" ou de "posições", continuariam; o funcionalismo público, permaneceria supérfluo; o mandonismo local, acentuar-se-ia mais ainda, exacerbando-se o "coronelismo"; enfim, os escrúpulos seriam os eternos ausentes e o que de fato teria ocorrido seria apenas a "monarquia sem Imperador", e a implantação de uma "República dos senhores de terras".

Neste cenário, diríamos até certo ponto "cômico, se não fosse trágico", Silva Jardim aparece-nos como a figura dominante da ala "revolucionária" de toda a propaganda republicana, sem contudo ter conseguido êxito para implantar aquilo que ele denominava a "República de seus sonhos", ou seja, a culminação de um verdadeiro e autêntico movimento de massas.

Sendo Silva Jardim um dos maiores evangelizadores do credo democrático, às proximidades da queda do trono brasileiro, seus vários

“meetings” revelam-se-nos, de sua parte, que não chegou ele a aperceber-se da verdadeira correlação das forças em jogo, e, proclamada a República, sentindo a ingratidão de seus companheiros de lide, exila-se, voluntariamente, escrevendo seu último manifesto, a 2 de outubro de 1890, dirigido ao Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro, que é, sem dúvida alguma, não só a sua palavra fácil, singela e pura de agradecimentos, como verdadeira consagração de sua convicção e honestidade política, bem como da confiança que depositava no povo de seu país.

Torna claro que se afastava de sua amada terra natal por que discordava da situação política imposta por um governo ditatorial como o que se implantara com a República Brasileira e, igualmente, sabendo o quanto o povo, principalmente de seu Estado — o Rio de Janeiro — o estimava e mais, participava de suas certezas políticas, afastava-se, repetimos, para evitar uma agitação que, a seu ver, naquele momento, seria assaz arriscada ao país.

No entanto, afirmaria: “A arte política não é mais que o bom-senso popular aplicado aos negócios comuns, e manifestados pelos órgãos livres de sua opinião; e é preciso, mormente no caso brasileiro, obedecer a esse bom-senso popular.

De outro modo, a obra da consolidação da República encontrará ainda maiores obstáculos que a sua proclamação”¹.

Nesse seu último manifesto, recorda, com pesar, o problema da escravidão no Brasil, quando, lembrando o “meeting” realizado na cidade de Santos, a 19 de janeiro de 1888 (insistindo na necessidade da consolidação da Abolição, abolindo-a em definitivo do país, e, aconselhando a revolução, embora sem guerra civil), teria dito então o revolucionário Silva Jardim: “o que é preciso fazer é consolidar a Abolição, desviando a indignação (dos proprietários rurais) contra a princesa e contra o trono, e de um projeto de indenização para a aspiração à República; é isto que é preciso proclamar e instituir”².

Insiste ainda, neste seu Último Manifesto, ao examinar os resultados da primeira eleição do novo regime, em dizer que não tinha responsabilidade direta alguma nos atos do Governo Provisório, a não ser no seu apoio geral à situação, já que, quando da organização do regulamento eleitoral, único ato em que teria intervindo, fora anulado.

(1) “Último Manifesto Político de Silva Jardim” — in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ, Imprensa Nacional, vol. 179, abril/junho 1943, p.238.

(2) Jardim, Antônio da Silva — Memórias e Viagens, Campanha de um Propagandista (1887/1890). Lisboa, Tip. da Companhia Nacional Editora, 1891.

Declara, ainda, que toda sua propaganda republicana fora feita as suas custas, bem como seus escritos, distribuídos gratuitamente, e que, sua saída do país, era igualmente sem “comissão oficial ou oficiosa, pública ou particular de ordem alguma do Governo Provisório. Saio livremente, saio porque quero sair. Não levo, pois, nenhum auxílio do tesouro público, vou subsistir com os meus recursos pessoais”³.

Como acreditava Silva Jardim, com sua formação calcada na linha positivista, embora longe do ortodoxismo, sendo antes materialista e dialético, “a vida particular dos homens públicos é tanto do domínio social, que não me desdenho de fazer tais declarações”⁴.

Afirmava, ainda, concluindo seu Último Manifesto que não se sentia “esterilizado, nem desalentado, antes assim preparado para os reveses, mas prudente e patriota, e confiante nas forças do povo brasileiro, é que eu digo adeus a meu país”⁵.

Por estas linhas deixadas aos seus concidadãos antes que, desgraçadamente, fosse tragado pelas lavas do Vesúvio, meses depois, em 1º de julho de 1891, observa-se que, no Brasil de todas as épocas, os homens e as instituições sempre se mantiveram na posição de um paradoxal antagonismo, inacreditável, certas vezes, ocultando uma veemente aversão pelo ajuste de suas próprias razões ou necessidades. Daí a formação de grupos insatisfeitos, despidos de compreensão própria na relatividade do amadurecimento das concepções; daí ainda, a luta entre Individualismo e Idealismo que se pode apreciar em nossa evolução histórica, e que, permitiu, apesar de Silva Jardim ter sido uma pessoa bastante aceita pelo povo, apesar de haver tentado uma educação política de massas, apesar de haver levantado entusiasmos e confianças, o aspecto curioso de se observar, é que, a tão acentuada e decantada Liberdade não se coadunou bem na realidade brasileira.

O impacto prossegue e a política, como ciência e prática, ainda não realizou a “República dos Sonhos” jardinistas ! . . .

*

RELEMBRANDO O PIAUÍ *

Lycurgo de Castro Santos Filho

Em janeiro deste ano de 1978, a Academia Piauiense de Letras comemorou o 60º aniversário de fundação. Na ocasião, convidou represen-

(3) Jardim, Antônio da Silva — “Último Manifesto Político”, p. 241.

(4) Idem, p. 242.

(5) Idem, *Ibidem*.

(*) Palestra pronunciada na Academia Campinense de Letras a 2-10-1978.

Declara, ainda, que toda sua propaganda republicana fora feita as suas custas, bem como seus escritos, distribuídos gratuitamente, e que, sua saída do país, era igualmente sem “comissão oficial ou oficiosa, pública ou particular de ordem alguma do Governo Provisório. Saio livremente, saio porque quero sair. Não levo, pois, nenhum auxílio do tesouro público, vou subsistir com os meus recursos pessoais”³.

Como acreditava Silva Jardim, com sua formação calcada na linha positivista, embora longe do ortodoxismo, sendo antes materialista e dialético, “a vida particular dos homens públicos é tanto do domínio social, que não me desdenho de fazer tais declarações”⁴.

Afirmava, ainda, concluindo seu Último Manifesto que não se sentia “esterilizado, nem desalentado, antes assim preparado para os reveses, mas prudente e patriota, e confiante nas forças do povo brasileiro, é que eu digo adeus a meu país”⁵.

Por estas linhas deixadas aos seus concidadãos antes que, desgraçadamente, fosse tragado pelas lavas do Vesúvio, meses depois, em 1º de julho de 1891, observa-se que, no Brasil de todas as épocas, os homens e as instituições sempre se mantiveram na posição de um paradoxal antagonismo, inacreditável, certas vezes, ocultando uma veemente aversão pelo ajuste de suas próprias razões ou necessidades. Daí a formação de grupos insatisfeitos, despidos de compreensão própria na relatividade do amadurecimento das concepções; daí ainda, a luta entre Individualismo e Idealismo que se pode apreciar em nossa evolução histórica, e que, permitiu, apesar de Silva Jardim ter sido uma pessoa bastante aceita pelo povo, apesar de haver tentado uma educação política de massas, apesar de haver levantado entusiasmos e confianças, o aspecto curioso de se observar, é que, a tão acentuada e decantada Liberdade não se coadunou bem na realidade brasileira.

O impacto prossegue e a política, como ciência e prática, ainda não realizou a “República dos Sonhos” jardinistas ! . . .

*

RELEMBRANDO O PIAUÍ *

Lycurgo de Castro Santos Filho

Em janeiro deste ano de 1978, a Academia Piauiense de Letras comemorou o 60º aniversário de fundação. Na ocasião, convidou represen-

(3) Jardim, Antônio da Silva — “Último Manifesto Político”, p. 241.

(4) Idem, p. 242.

(5) Idem, *Ibidem*.

(*) Palestra pronunciada na Academia Campinense de Letras a 2-10-1978.

tantes de cada Academia estadual e uma delegação da Brasileira de Letras para, como hóspedes do Estado, a assistirem e prestigiarem os atos comemorativos. Também a Academia Campinense de Letras mereceu a gentileza do convite, endereçado não a um de seus membros, mas a quatro deles, o presidente Odilon Nogueira de Matos, os acadêmicos Francelino de Sousa Araújo Piauí, Mário Pires e eu. Era uma real distinção conferida à Campinense de Letras. Não foi possível o comparecimento de qualquer de nós, mas em carta ao anfitrião, o presidente da Academia Piauiense, José de Arimatéia Tito Filho, prometi que um dia visitaria Teresina. Fi-lo agora, em fins de agosto e princípios de setembro. E me felicito pela viagem que foi esplêndida sob todos os aspectos.

Não conhecia ainda a capital do Piauí. “Vá vê-la antes que se acabe”, diziam-me os contadores de anedotas velhas como a Sé de Braga, e geralmente indelicadas. Fui e admirado inteirei-me do progresso que hoje anima a mais que centenária cidade fundada em 1852 pelo presidente conselheiro José Antônio Saraiva (1823 — 95). Por sinal que o nome escolhido — Teresina — foi uma homenagem à Imperatriz do Brasil pela contração de seus dois nomes, Teresa Cristina. O motivo da mudança da capital da cidade de Oeiras para Teresina — e até hoje os oeirenses não perdoam ao presidente Saraiva o abandono da velha e colonial Oeiras — foi o aproveitamento do rio Parnaíba, em cujas margens se situa Teresina, para ligação com a costa marítima e com o Sul da Província através de um transporte fluvial que chegou a ser intenso no passado e que hoje desapareceu por completo.

Como centro urbano planejado, Teresina difere totalmente das antigas povoações brasileiras. Possui ruas simétricas e grandes praças. E não são encontrados os bem conhecidos sobrados da era colonial. As casas são térreas, na maioria, e sem características arquitetônicas assinaláveis. Caiadas de branco, são muito simples, como simples e afável é o seu povo. A primeira Igreja, de paredes lisas e escorridas, sem os atavios barrocos, situa-se nas proximidades de Luxor Hotel, onde me hospedei, e que é um dos raros prédios altos existentes. Há muito terreno disponível e em lugar de crescer para o alto, muito sabiamente os teresinenses expandiram-se na horizontal. Os seus 360 mil habitantes — a metade da população de Campinas — espalharam-se e criaram novos e bonitos bairros, de casas ajardinadas, onde a exuberante vegetação continua tão verde como no tempo em que a cidade foi visitada pelo escritor Coelho Neto, um maranhense bem conhecido em Campinas, pois aqui residiu e lecionou no Colégio Culto à Ciência. Coelho Neto chamou-a de “cidade verde, de paisagens

verdes”. Mangueiras, cajueiros e sapotizeiros enfeitam e adornam todos os quintais e mesmo algumas ruas e praças. Até hoje o verde é a cor simbólica de Teresina.

Nos novos bairros situam-se, semi-ocultas pelo arvoredo, as casas da gente de classe média e das pessoas mais abastadas, como o senador Petrônio Portela, ali chamado muito significativamente de “Presidente civil do Brasil”. Os primitivos edifícios erigidos para a administração, já não existem. Cederam lugar a novas e modernas construções. A sede do governo estadual localiza-se no Palácio de Karnak, em meio a jardins projetados e executados pelo artista brasileiro Burle Marx, autor de outros conjuntos paisagísticos, como o da praça Marechal Deodoro. O nome “Karnak” provém de aspectos arquitetônicos que imitam os encontrados em velha povoação do alto Egito. O palácio contém no seu interior, objetos de arte e móveis finos. O Palácio da Justiça é um edifício de estilo moderno, de linhas arrojadadas, em cimento e tijolo aparentes. E, como sinal evidente do progresso que se verifica na capital, em um bairro afastado, às margens do Rio Parnaíba, constrói-se o “Centro Administrativo”, onde se localizarão o Palácio do Governo e as Secretarias de Estado. Uma delas, a da Fazenda, já iniciara a mudança para a nova sede, quando lá estive.

Outro grande e importante edifício é o “Centro de Convenções”, com auditórios, salões de exposições, restaurante etc. O ar é condicionado, como aliás também o é em quase todos os edifícios públicos e nos principais hotéis. O melhor destes é o Luxor, acima citado, com televisão, geladeira, piscina, e onde a fidalguia do Governo do Estado ofereceu-me uma suíte no sétimo andar, que é o último. Dali eu avistava o pôr-do-sol no Rio Parnaíba, um espetáculo de muita beleza. Vizinha à minha habitação, havia duas outras suítes ocupadas pelo “staff” do antigo governador Alberto Silva, administrador que reformou Teresina, construiu estradas, edifícios públicos, jardins, e o estádio de futebol, chamado, por isso mesmo, de “Albertão”. Dizem os admiradores desse governador que a evolução do Piauí demarca-se como “antes e depois de Alberto Silva”. O seu sucessor, o médico Dirceu Arcoverde, que fora o seu Secretário de Saúde — e com ele acabou-se desavindo, tal como aconteceu aqui em Campinas a dois políticos bem conhecidos e bons administradores —, o seu sucessor, repito, não deixou por menos, e proporcionou a Teresina melhoramentos de valia. Atualmente governa o Piauí o vice-governador Djalma Veloso, pois Dirceu Arcoverde pleiteia uma cadeira no Senado Federal. Seu antagonista — ambos da Arena, pois nos estados do Norte o MDB é insignificante — é justamente Alberto

Silva. Acirrada vai a luta entre os dois ex-governadores, com previsão de vitória de Alberto Silva na capital e de Arcoverde no interior.

Todos os dias, no Hotel Luxor, o “menu” do restaurante oferece de permeio com os pratos da cozinha internacional, um ou dois da culinária nortista, local, a exemplo de “Maria Isabel com paçoca” (carne desfiada com farinha de mandioca), “carne-de-sol”, “capote” (galinha d’angola à milanesa), e o “capote” é muito usado como “tira-gosto”, ou seja, como aperitivo), “baião-de-dois com lingüiça” (arroz e feijão com lingüiça), “xinxim de galinha” (galinha ensopada, com cebola, alho, azeite-de-dendê e abóbora), etc. O azeite-de-dendê e o leite de coco predominam, como se sabe, nos pratos regionais, da mesma forma que na Bahia. Já no Maranhão, onde também estive, há outros pratos preparados com os produtos do mar, como o “arroz de cuxá com peixe frito” (“cuxá” é um molho temperado), o “caruru” (quiabo com camarão ao azeite-de-dendê), etc.

O Aeroporto de Teresina é modesto, está em reformas, para melhoria. Apenas a “VASP” serve a capital piauiense. Situado a dois ou três quilômetros do centro, de fácil acesso — as ruas são todas asfaltadas e as estradas de rodagem são modernas — lá se encontravam a me esperar o presidente da Academia, Tito Filho, e o desembargador José Vidal de Freitas, possuidor de grande cultura e também acadêmico. Na primeira noite na capital, ouvi uma conferência de Gilberto Freyre sobre valores humanos do Piauí. O escritor e senhora estavam hospedados no Luxor Hotel e foram muito cordiais com o “campinense”, como me trataram. Admirei na ocasião, a paciência e a habilidade de Gilberto Freyre ao responder com afabilidade a provocadoras e agressivas interpeleções de universitários presentes à conferência, que se realizou no confortável e amplo auditório do edifício-sede de repartições do Ministério da Fazenda.

Em uma das manhãs, Tito Filho levou-me a visita de cortesia ao governador Djalma Veloso, que é amigo e oriundo da mesma região do confrade Francelino de Sousa Araújo, a quem devo, tenho a certeza, a amável acolhida no Piauí. Visitados também foram o Secretário de Cultura, Joaquim Bezerra, e o desembargador presidente do Tribunal de Justiça.

Fui obsequiado com um coquetel oferecido pelo Secretário de Cultura no salão do “Centro Herbert”, e com um jantar no restaurante do Aeroporto, promovido pelos médicos da “Regional do Piauí da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos”, presidida por Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior. Este médico foi muito cortês. Levou-me a visitar o “Sanatório Meduna” para doentes mentais, o melhor da região, e que é

propriedade de um culto colega, apreciador de bons vinhos e de objetos de arte, Clidenor de Freitas Santos.

Estive no “Teatro 4 de Setembro” quando se realizava um espetáculo de “ballet”. São três os jornais diários da cidade. Visitei as instalações do maior deles, “O Dia”, e passei pelo grande zoobotânico, um ótimo e extenso parque estadual aproveitado para o lazer da população. Centenas de pessoas ali passam os domingos em piqueniques e repouso nas redes armadas entre as árvores. Até hoje a rede é usada pela maioria da população, que a prefere à cama. Trata-se de secular costume que nem o ar condicionado aboliu.

Na ruas e praças centrais nota-se bastante gente e automóveis circulando, exceto à hora da sesta, que, aliás, se prolonga por duas horas, do meio-dia às 2 da tarde, quando a cidade silencia. As bicicletas são uns dos meios de locomoção do povo e o pedalar é facilitado pela planura da cidade.

A televisão está monopolizada pela Rede Globo, como também acontece no Maranhão. Os programas são os mesmos do Sul acrescidos de anúncios e noticiário locais. A recepção é boa. Não se nota nos apresentadores a pronúncia característica da gente do Norte, que é bem acentuada nas pessoas de nível social inferior.

Depois das 15 horas, algumas bancas e pequenos jornaleiros vendem jornais do dia, de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. O comércio exhibe profusão de produtos sulinos e, por outro lado, a cerveja já é fabricada no Maranhão (Cerma). Logo se instalará uma fábrica no Piauí, e aí, então, o produto se denominará Cerpi. Os refrigerantes e a cerveja da Antártica são mais vendáveis do que os da Brahma. Quanto ao preço, é praticamente o mesmo — Cr\$14,00 a 15,00 — tanto para os provenientes do Sul, como para os locais. Vinhos e licores é que são bem mais caros. Meia garrafa de vinho vende-se por quase 90,00 cruzeiros e uma dose de um “digestivo” oscila em torno de Cr\$100,00. As acomodações e a alimentação são um pouco mais baratas que no Sul. Um prato de camarões custa mais ou menos Cr\$130,00. Visitei o mercado de Teresina, onde há abundância de verduras e frutas, peixes e carne-de-sol. Há alguns supermercados, bem mais modestos, se comparados aos do Sul.

Da mesma forma que entre nós, vi cinemas decadentes, e agradáveis e modernos motéis de alta rotatividade e grande freguesia. E são inúmeros e bem freqüentados os clubes sociais.

A Academia Piauiense de Letras encontra-se ilustrada em espaçosas salas do edifício que abriga o Arquivo e o Museu Histórico

do Piauí, chamado “Casa de Anísio Brito”. Por sua vez, a Academia intitula-se “Casa de Lucídio Freitas”. Foram eles, Anísio e Lucídio, dois eminentes intelectuais do passado piauiense. Sucessivamente reeleito presidente desde 1970, José de Arimatéia Tito Filho é o impulsionador das atividades acadêmicas e o organizador da série de publicações denominada “Estante da Academia Piauiense de Letras. Graças ao prestígio de políticos de seu Estado, Tito Filho vem obtendo a impressão gratuita, pela Gráfica do Senado Federal, em Brasília, de volumes de acadêmicos do Piauí. Conseguiu uma verba anual de Cr\$30.000,00 do Conselho Federal de Cultura, e do Governo do Estado alcançou dobrar a subvenção mensal de cinco para Cr\$10.000,00, e assim se acha em condições de pagar os gastos ordinários e de conceder o “jetton” de Cr\$50,00 por sessão aos cinco a oito titulares — apenas, vinte residem na capital — presentes às quatro reuniões do mês. O presidente dá expediente diário na parte da manhã, quando recebe acadêmicos e visitantes, e publica com regularidade, em “xérox”, um “Informativo” mensal com o resumo das atividades acadêmicas e dos meios intelectuais do Piauí. O presidente Tito disse-me que já obtivera a promessa governamental de aquisição de um prédio para a sede própria da Academia. Não duvido que o consiga. É ele um nome respeitado em Teresina, preside o Conselho Estadual de Cultura e assessora culturalmente o Governo do Estado. Bacharel em direito, jornalista, professor de Português do Colégio Estadual, antigo diretor do mesmo Colégio, professor de Sociologia Educacional da Escola Normal, professor de Língua Portuguesa e Literatura na Faculdade Católica de Letras, foi Secretário de Estado da pasta de Educação e da de Cultura e Turismo. Filólogo e vernaculista, profundo conhecedor das línguas portuguesa e latina, publicou livros como “Da atualidade do latim vulgar” e “Viagem ao Dicionário”. Crítico e biógrafo, tem diversos trabalhos de interesse. Cronista da capital e do Estado, produziu volumes que retratam e historiam a terra e a gente do Piauí.

Tito Filho foi um amável e perfeito anfitrião. Levou-me a visitar igrejas, os principais recantos da cidade, clubes, edifícios públicos, e proporcionou-me a visão do Parque Nacional de Sete Cidades, situado a duzentos quilômetros de Teresina. É este um impressionante aglomerado de formações rochosas situadas a certa distância umas das outras e em número de sete. Erodidas pelas águas e pelos eventos. em milhares de anos, as rochas ostentam as configurações mais extravagantes, e em muitos pontos semelhantes a homens, animais e objetos. Têm similares no Sul do país, em Vila Velha, nas cercanias de Ponta Grossa, no Estado do Paraná. Os grandiosos conjuntos de arenito estão em área de jurisdição federal, tom-

bados que foram pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Nacional. A entrada é controlada, paga-se ingresso, dez cruzeiros por pessoa, e a visita só se faz em companhia de um guarda, eis que os turistas estavam destruindo blocos e inscrições rupestres. Com a melhoria de alojamento, o local será um dia de intensa visitação.

Ao concluir, direi que jamais esquecerei os agradáveis dias de atividade intelectual e turística passados no Piauí. Sou grato ao governador Djalma Veloso, ao secretário Joaquim Bezerra, ao presidente Tito Filho e aos numerosos amigos que adquiri na terra do verde.

*

PRÁTICA LIBERAL E CRÍTICA REALISTA EM TAVARES BASTOS

José Octavio
(da Univ. Federal da Paraíba)

“No sábado, começou a ensinar na sinagoga. Muitas pessoas estavam lá. E quando o ouviram ficaram admiradas e perguntavam: De onde lhe veio tudo isso? Como conseguiu tanta sabedoria? (...) E ficaram escandalizados com ele. Então lhes foi dito: Um profeta é desprezado somente na sua terra, entre os seus parentes e na própria família (...) Ele mesmo ficou admirado com a incredulidade daquela gente. E percorria as aldeias dos arredores, ensinando”.

O trecho acima, extraído de evangelho de Marcos, conduz-nos, por associação de idéias, a Tavares Bastos, cuja obra, incluindo a sólida biografia de Carlos Pontes, e também o livro-manifesto *A Província*, vem de ser, ao ensejo do centenário de sua morte, oportunamente reeditada, dentro da política de coedições do Instituto Nacional do Livro, preconizada pelo ministro Jarbas Passarinho e tão bem ampliada por seu sucessor Ney Braga.

Minha paixão por Tavares Bastos, objeto de agudas considerações de, entre outros, Néilson Saldanha, em sua *História das Idéias Políticas no Brasil* (pp. 204/8), e José Honório Rodrigues, no discurso de posse na ABL, a 5/12/69 — data de longe. Quando, em Recife, perfiz curso com algumas alagoanas, confessei-lhes, lealmente, não me conformar com a denominação “Terra dos Marechais”, emprestada a Alagoas, menos ainda com uma placa situada à entrada de Maceió — “esta é a terra de Ladislau Netto”. Para mim, Alagoas será sempre a terra de Tavares

bados que foram pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Nacional. A entrada é controlada, paga-se ingresso, dez cruzeiros por pessoa, e a visita só se faz em companhia de um guarda, eis que os turistas estavam destruindo blocos e inscrições rupestres. Com a melhoria de alojamento, o local será um dia de intensa visitação.

Ao concluir, direi que jamais esquecerei os agradáveis dias de atividade intelectual e turística passados no Piauí. Sou grato ao governador Djalma Veloso, ao secretário Joaquim Bezerra, ao presidente Tito Filho e aos numerosos amigos que adquiri na terra do verde.

*

PRÁTICA LIBERAL E CRÍTICA REALISTA EM TAVARES BASTOS

José Octavio
(da Univ. Federal da Paraíba)

“No sábado, começou a ensinar na sinagoga. Muitas pessoas estavam lá. E quando o ouviram ficaram admiradas e perguntavam: De onde lhe veio tudo isso? Como conseguiu tanta sabedoria? (...) E ficaram escandalizados com ele. Então lhes foi dito: Um profeta é desprezado somente na sua terra, entre os seus parentes e na própria família (...) Ele mesmo ficou admirado com a incredulidade daquela gente. E percorria as aldeias dos arredores, ensinando”.

O trecho acima, extraído de evangelho de Marcos, conduz-nos, por associação de idéias, a Tavares Bastos, cuja obra, incluindo a sólida biografia de Carlos Pontes, e também o livro-manifesto **A Província**, vem de ser, ao ensejo do centenário de sua morte, oportunamente reeditada, dentro da política de coedições do Instituto Nacional do Livro, preconizada pelo ministro Jarbas Passarinho e tão bem ampliada por seu sucessor Ney Braga.

Minha paixão por Tavares Bastos, objeto de agudas considerações de, entre outros, Néelson Saldanha, em sua **História das Idéias Políticas no Brasil** (pp. 204/8), e José Honório Rodrigues, no discurso de posse na ABL, a 5/12/69 — data de longe. Quando, em Recife, perfiz curso com algumas alagoanas, confessei-lhes, lealmente, não me conformar com a denominação “Terra dos Marechais”, emprestada a Alagoas, menos ainda com uma placa situada à entrada de Maceió — “esta é a terra de Ladislau Netto”. Para mim, Alagoas será sempre a terra de Tavares

Bastos. E, em fins da década 60, quando sob inspiração de um grande amigo, José Medeiros Vieira, e direta influência de um livro maior — **Presença de Alberto Torres**, de Barbosa Lima Sobrinho — me decidi por uma reorientação de estudos, emprestando-lhes sentido de mais íntimo relacionamento com a problemática brasileira, travei com José Leal, diálogo que o tempo não apagou:

— Fui convidado para uma palestra sobre a Proclamação da República, mas penso em escrever algo diferente. Que tal focalizar Alberto Torres ?

— É justo. A República e o pensamento brasileiro nasceram com ele.

— E Licínio Cardoso ?

— Foi discípulo de Alberto. Era o sábio de sua geração.

— E Tavares Bastos ?

— Ah ! Esse madrugou ! . . .

Madrugou, sim. José Honório, sempre tão **enfático**, condição aliás discretamente observada por Barbosa Lima Sobrinho, no discurso com que o recebeu, na ABL, cunhou a respeito do autor das **Cartas do Solitário** palavras inesquecíveis: “Não posso entrar neste momento no exame das influências românticas e liberais que formaram o espírito de Tavares Bastos, o mais sistemático e o mais lúcido pensador político que o Brasil já produziu. (. . .) Nesta obra, Tavares Bastos se revela o maior pensador político que o Brasil já conheceu, comparado em termos relativos a seus antecessores, contemporâneos e sucessores (. . .). Desculpe-se a Nabuco a apologia de seu Pai, grande entre os raros grandes. Mas revelador doutrinário, na obra escrita, nenhum se compara a Tavares Bastos”. Já Raul Lima, em estudo algo débil, sobretudo se considerarmos o nível da coleção em que se insere, a série **Nossos Clássicos**, da Agir, não sei porque interrompida, foi à essência da questão quando sentenciou: “Serviu-se da prosa como de um instrumento de trabalho, de catequese, de doutrinação, de propagação de idéias, sem artifícios, para dilatar na vida pública a influência que exercera no meio estudantil e literário.”

Dentro desse quadro, é evidente que seu biógrafo não poderia pensar diferente. Não se pense, porém, que o volume 136 da coleção **Brasiliana**, agora reeditado — **Tavares Bastos**, de Carlos Pontes — reveste-se de feição apologética, como infelizmente se tornou moda nas biografias, entre nós. Escritor ao que tudo indica de uma obra só, o maior, re-

conhecimento que se pode votar ao Sr. Carlos Pontes reside na serena objetividade de seu ensaio em que, malgrado algumas invocações mitológicas, que aparecem no texto por força de expressão (pp. 15, 87, 135, 175, 182), Tavares Bastos, estudado, aliás, de forma criteriosa, e em conexão com o quadro político-institucional de seu tempo, não desponta como herói, titã ou semideus. De permeio, pois, aos perfis que soube fixar em relação a Teófilo Ottoni (p. 69), Antonio Carlos (p. 31), Saraiva (“Ave de vôo curto, sabendo bem onde pousar” — p. 109) Martinho Campos (p. 116), Zacarias (158) e Lafayette Rodrigues Pereira (pp. 167/8), Carlos Pontes encontrou palavras exatas para, sem retoricismos superabundantes, reduzir Tavares Bastos a suas justas proporções, de estudioso dos problemas nacionais, que em seu tempo ninguém excederia, e animador de grandes campanhas:

“Tavares Bastos não abordava questões, isoladamente, ao gosto dos incidentes do dia. O raio do seu exame alcançava-as em conjunto, articuladas num corpo de organização nacional. Os problemas enfeixavam-se num único problema: o progresso e a grandeza do Brasil. (. . .) Acima dos partidos, interessava-lhe a força das idéias” (p. 94 e 78).

Quando Tavares Bastos nasceu, em 1839 — sigamos aqui a linha expositiva do Sr. Carlos Pontes — o Brasil atravessava situação bem específica. Desde a Revolução de 1831 que uma rajada de liberalismo radical perpassava pela nação, mas a partir de 1837, com o regresso, o pêndulo começava a inclinar-se na direção contrária.

Para os conservadores, articulados em torno de Bernardo Pereira de Vasconcelos, tratava-se de prestigiar as forças da ordem e todos sabemos o que isso significa. Nas Alagoas, pretextando estéril disputa entre Alagoas (hoje Marechal Deodoro) e Maceió, pela sede da província, os defensores do “Status quo” se impunham com Sinimbu, “descendente de velhos caudilhos sertanejos, inteligente e sagaz”, significando sua ascensão (p. 15 e ss.), um freio às pretensões dominadoras de José Tavares Bastos, jurista, também político, e pai de Aureliano.

A disputa entre “lisos” e “cabeludos” que se seguiu, tendo por palco a velha província das Alagoas (p. 35 e ss.), não assume sentido meramente acadêmico nas páginas do Sr. Carlos Pontes. Dentro dela, absolutamente afinado com os tumultos da transição Regência-

Segundo Reinado, repontaria um fermento novo, representado—estabelecia-se então (p. 41 e ss.) a Cabanada alagoana ! —, pela desconexa irrupção das massas, centradas em torno do bandido Vicente de Paula, senhor das matas do Jacuípe. Como seu estudo é primitivamente de 1938, Carlos Pontes não poderia alcançar entendimentos somente condensados em nossos dias. Essa questão do “banditismo social” magistralmente analisada pelo historiador inglês Eric Hobsbawn em **Rebeldes Primitivos**, é de aprofundamento muito recente, mas, em prol do ensaísta alagoano, diga-se que, em seu relacionamento com o carbonarismo da Calábria (p. 41), Carlos Pontes desenvolveu com segurança tema apenas anteriormente prefigurado por José Américo em **A Paraíba e seus Problemas**.

Essas lutas que lhe marcariam o berço, enchendo de glórias e desesperanças seu velho pai, teriam exercido alguma influência sobre Aureliano Cândido Tavares Bastos? — A resposta oferecida por Carlos Pontes se faz afirmativa, eis que, mirando-se por **oposição**, no exemplo do pai e de Sinimbu que, aliás, num rasgo de generosidade lhe daria a mão (p. 66), Tavares Bastos curou-se de todo das seduções da politiquice de campanário em que se comprazem os espíritos menores, incapazes de transcender as limitações do tempo:

“Do espetáculo de tais ambições, em que se estadeava a ferocidade dos clãs, ficara-lhe certamente aquele horror sagrado, que votou sempre a essa política inferior, tão bem limada no Brasil, e contra a qual já homem lançaria a sua condenação: “Desprezo esta infernal intriga de aldeia elevada à dignidade de política.” “A ostentação do ódio político é a mais desanimadora enfermidade de um povo” (...) As violências de um subdelegado, a remoção de um juiz municipal, tomavam proporções dramáticas, e o bate-boca irritado comia as horas... O que para eles se afigurava um mundo, para Tavares Bastos certamente seria um grãozinho de areia. Viera com outro destino: teria alguma coisa de novo a anunciar aos homens e aquele espetáculo o desolava...” (pp. 54 e 68).

Data daí, por certo, sua precocidade. Bacharel em Direito aos dezenove anos e doutor aos vinte, Tavares Bastos, membro de uma geração integrada por, entre outros, Ferreira Viana, Lafayette Rodrigues Pereira, o segundo Antônio Carlos, Couto de Magalhães, Homem de Melo e Silveira Martins (p. 55), ainda estudante, fascinava São Paulo pela precisão de seus conceitos debruçados sobre a realidade brasileira.

Seu tema? — Simplesmente a educação, já aí apresentada como “um problema nacional, uma questão de hoje e de ontem, do rico e do pobre, do pensador e do estadista, da tribuna e da imprensa” (p. 61). A ela, Tavares Bastos, máxime nas **Cartas do Solitário** tanto voltaria que, em **O Brasil no Pensamento Brasileiro**, Djacir Menezes o situaria como educador, ao lado de Anísio Teixeira, Júlio Ibiapina, Francisco de Campos e Fernando de Azevedo. A colocação não me passaria despercebida: em Recife, disse de certa feita a Itamar Vasconcelos que a educação seria mais uma questão de engenharia social e filosofia política que de pedagogia aplicada. Quando assim falava, era Tavares Bastos que me acudia o espírito...

Motor de idéias e disposição renovadora, como bem poderíamos classificá-lo, o caminho de Tavares Bastos haveria de ser a política, o parlamento, ambos considerados instrumentos para concretização de seus ideais.

Nesse particular, o destino que contra ele tanto conspiraria — a princípio vedando-lhe lugar no ministério (p. 159), e, posteriormente, consumindo-o aos trinta e seis anos! — favoreceu-o um pouco. É que o ano de 1860, assinalando sua primeira deputação por Alagoas, infundiria alma nova ao modorrento espírito do conservadorismo imperial. Esgotado o modelo de conciliação política implantado na década anterior pelo gabinete Honório Hermeto, do qual derivara, “como um dos últimos lampejos do Ministério Ferraz”, a chamada Lei dos Círculos, inserida dentro da qual “o alargamento dos círculos eleitorais traduzia-se por certa restrição ao poder dos chefes locais, em benefício de um critério mais alto” (pp. 64/65) —, o liberalismo, em sua feição mais dinâmica, porque urbana e radical, ressurgia com todo o ímpeto. Expressão disso foram, sem dúvida, o estrepitoso reaparecimento de muitas figuras que vinham das arremetidas da “era da fumaça” e da Praieira, bem como a marcante vitória alcançada pela trindade liberal Francisco Otaviano, Teófilo Ottoni e Saldanha Marinho, em pleno Rio de Janeiro, onde ressurgia, em grande estilo, respondendo à Fala do Trono, da tribuna do parlamento, (p. 69), o velho campeão Teófilo Ottoni, tido por Afonso Arinos como a maior figura da época.

Em termos políticos, Tavares Bastos fará seu aparecimento no momento crítico desta virada histórica. O que nos conduz a uma pergunta inevitável: integrante, ao lado de seu amigo Francisco Otaviano, da ala mais consciente do Partido Liberal, seria Tavares Bastos, do ponto de vista ideológico, um liberal ?

A pergunta impõe considerações mais amplas. De marcadas origens rurais, aqui na Paraíba bem salientadas pelo professor José Nicodemus, o liberalismo brasileiro, fazia-se não só muito contido, talvez mesmo reacionário, através de visíveis preconceitos de classe, como também profundamente contraditório, no sentido de que dentro dele caberão, em estranha mixórdia, o radicalismo de Torres Homem e o ultramontanismo de Zacarias, o populismo de José Mariano e o escravismo de Martinho de Campos, as inspirações socializantes de Joaquim Nabuco e o aristocratismos germanizante de Tobias Barreto, o industrialismo de Teófilo Ottoni e o agrarismo feudalizante de Diogo Antônio Feijó.

Diante de tudo isso, é que Tavares Bastos seguirá caminho próprio. Na verdade, embora membro do Partido Liberal, ele estava **além** do liberalismo da época — sua discussão e rompimento com Zacarias (pp. 160/1), comprová-lo-á sobejamente. De resto, possuidor de temperamento calmo e refletido, (p. 87), embora imbuído da ardência do apostolado que professava, Tavares Bastos não era um carbonário (p. 196). Qual, então, a extensão de seu liberalismo ? — Responde-o, apropriadamente, o Sr. Carlos Pontes:

“O seu liberalismo não era um liberalismo formal e sim, prático e oportuno. Não se lhe constringia o pensamento dentro de cânones irredutíveis. Ele próprio o proclamara: “As opiniões que professo são exclusivamente minhas. O código das minhas idéias promulgou-o um legislador: a observação. Alimento-as isento de preocupações históricas; professo-as sem prevenções políticas. Vosso amigo não é um liberal, não é um puritano, não é nada disso, e é tudo isso. É um homem sem afinidades no passado e isolado no presente.” (. . .) Sendo uma vocação liberal, o seu liberalismo jamais deixou de revestir-se de um sentido prático e oportuno. Isso, o que o distinguia entre os homens do tempo” (pp. 95 e 146).

Refratário, por isso mesmo, à rotulagem pomposa dos grupos de **progressistas, históricos** etc. (p. 102), em que se estiolava a verbosidade imperial dos Ministérios “das Capacidades”, “das Águias”, “dos Velhos” e quejandos, o que não faltava a Tavares Bastos era um sólido preparo, haurido em leituras longas e meditadas. Sendo os Estados Unidos a sua paixão — mas veja-se que os Estados Unidos do século XIX representavam modelo de renovação e democracia, donde a absoluta improcedência das acusações levantadas contra **O Solitário**, pela professora Nícia Vilela Luz, em seu estudo **A Amazônia Para os Negros Americanos** — , é

admirável o paralelo que lhe cabe traçar, em tema que o Sr. Vianna Moog retomaria em nossos dias, entre o progresso dos Estados Unidos, impellido por espírito libertário e isento de peias, e o atraso do Brasil, como herdeiro das minuciosas regulamentações de absolutismo colonializante e reacionário, formulado por Portugal. Melhor do que isso, em Tavares Bastos, só mesmo a correta observação a que procedeu a respeito dos desastrosos efeitos da perseguição movida pela Inquisição contra a industriosa classe dos judeus (p. 70) — depois dos pioneiros estudos de Antônio Baião, a Inquisição só seria recolocada no seu papel de arma de classe manipulada pela nobreza feudal por Cecil Roth, em estudo hoje clássico.

Partidário, assim, de um federalismo não apenas político mas espiritual, sendo necessário insistir na tese de que, no Brasil, foi o desenvolvimento da idéia federalista que precipitou a República, donde as conotações republicanizantes de seu pensamento —, para Tavares Bastos não havia assuntos proibidos. Data daí a firmeza, embora sempre elevada, de suas críticas à Marinha e Exército da época (pp. 79/81), ao enxergar na primeira “a imprestabilidade e anacronismo de grande parte de seu material”, e no último os malefícios de “um recrutamento forçado, vexatório e sem base” (é pela conscrição) —, além de se impor a redução dos efetivos, como nos EE.UU. e antiga Roma.

Com o Exército não houve problemas, Caxias, então no auge, fazia-se soldado exemplar e cidadão da tolerância e da compreensão. Foi diferente, porém, com a Marinha. Expressão do carrancismo imperial, avultaria em cena a figura do futuro Visconde de Inhaúma, que Carlos Pontes apresenta como “marinheiro inteligente e áspero”, mas na verdade um energúmeno, para tachar Tavares Bastos (p. 87), como “a imagem ridícula de um sagüi, domesticado pela mais devassa meretriz das ruas de Maceió”, isto após demiti-lo do cargo de oficial da Secretaria da Marinha (p. 82).

Polemista sereno mas igualmente habituado à luta, donde as posteriores refregas travadas contra Martinho de Campos (p. 116), Martin Francisco (p. 157) e Zacarias de Góies e Vasconcelos (pp. 160/1), tendo sido Tobias Barreto, ao que tudo indica, por desconhecimento das opiniões deste (p. 183), o único a ficar sem resposta —, será fulminante a réplica (Carlos Pontes considerá-lo-á **vingança**), de Tavares Bastos. É que, exatamente aí, o jovem alagoano, já responsável pela rara penetração do opúsculo **Os Males do Presidente e as Esperanças do Futuro** (p. 69 e ss.), cunha um

dos mais altos momentos da crítica político-institucional do Brasil, no século XIX, as célebres **Cartas do Solitário**, cujo exato alcance seu biógrafo precisou sem meias palavras:

“Os males da centralização, a franqueza dos grandes rios e a abertura do Amazonas, a liberdade de culto, a sorte dos africanos livres e o tráfico dos negros, a instrução popular, o ensino profissional e técnico, o aperfeiçoamento da agricultura e sua expansão, as franquias econômicas, em que se manifestam o liberalismo e o patriotismo do Solitário, estremes de resíduos demagógicos e de convenções farisaicas, se traduzem como a própria consciência das necessidades da pátria” (p. 101).

A citação é importante por refletir não apenas o obsoletismo da estrutura imperial, cujas peças Tavares Bastos desmonta uma a uma, como também porque delinea os rumos da obra do imenso pensador alagoano.

Aludindo à centralização, Tavares Bastos levantou-se contra o imperialismo, expressão que os liberais reservavam para criticar os excessos do Poder Moderador e a asfixia das províncias, tolhidas por despótico centralismo — nasciam aí os fundamentos de outra grande obra de Tavares Bastos, **A Província** (p. 175 e ss.). Ao pleitear a abertura do Amazonas à navegação internacional, Tavares Bastos não apenas prefigura **O Vale do Amazonas** (p. 132 e ss.), que é de 1866, como acentua as contradições do Império que se batia de armas na mão pela internacionalização do Prata, fechando o Amazonas a todo e qualquer surto de progresso. Uma das providências que pleiteava veio a ser concretizada em nossos dias — a criação da zona franca de Manaus ! (p. 140).

Se, ao pedir a liberdade de culto, Tavares Bastos prevenirá toda extensão da Questão Religiosa, na verdade um dobre de finados para o regalismo pombalino-braganção da Coroa, ao insurgir-se contra a escravidão, sem sentimentalismos mas com a clara objetividade de um cientista social, Tavares Bastos situar-se-á na mesma linha de José Bonifácio (p. 154), para quem a gradual erradicação do escravismo impunha providências correlatas no terreno da disseminação do trabalho livre pela imigração, preparo de mão-de-obra pelo ensino especializado, e melhor utilização das terras, por sua redistribuição.

Profeta, pois, como o Cristo saindo da casa de Jairo, Aureliano Cândido Tavares Bastos terá sido. Ao Brasil cabe, pois, não apenas festejá-lo, mas tomar consciência dele e, onde possível, segui-lo . . .

OS CAMINHOS DA SOCIOLOGIA

Alfonso Trujillo Ferrari

Os mentores da sociedade têm medo de saber o que é a sociedade? ou querem que a sociedade seja a imagem de seus desígnios e poderes? Nada mais incômodo, em consequência, o trabalho dos que tratam de estudar cientificamente essa sociedade, porque estes têm a capacidade de denunciar e de criticar objetivamente e de reorientar para a solução desinteressada. Por esta razão, a aceitação da Sociologia é feita com tanta relutância que, como diz Alan Touraine, "alguns afastam-na como um sacrilégio, outros a exorcizam e procuram utilizá-la em proveito da ordem estabelecida, mas sem muita fé", e ainda o citado sociólogo esclarece que a resistência mais profunda à Sociologia provém do nosso apego à crença de que os fatos são dirigidos por uma ordem superior metassocial. Daí os caminhos trilhados pela Sociologia estarem cheios de escolhos e dificuldades, de incompreensões e desentendimentos. Ameaçada, maltratada, deformada, marginalizada, em meio dessas desventuras eclode a inteligência de tantos valores: sociólogos que em pouco espaço de tempo contribuíram para a compreensão dos problemas humanos. A Sociologia é solicitada a participar do poder, ou será aniquilada quando não corresponder ao império da dominação. A fragilidade da Sociologia, de certo modo, foi suportável pela prática intelectual e pela contribuição que tem feito à civilização. Tanto a teoria como a prática sociológicas mostram que acima de qualquer pseudo erudição, acrisola-se a sua estrutura científica para compreender os problemas sociais e procurar as soluções. Enquanto a pesquisa sociológica básica enriquece seu conteúdo, como atestam o grande número de teorias sociológicas (funcionalistas, positivistas, estruturalistas, dialéticas, culturologistas, para citar algumas), seus quadros referenciais, e a pesquisa aplicada são conduzidas para as áreas de educação, economia, militar, logística, medicina, das leis, do bem-estar social, da política, para os problemas da infância, para a gerontologia, para os problemas da paz e da guerra, das revoluções, da delinqüência juvenil, para a patologia social em geral e assim por diante.

(Editorial da *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 4, nºs 1/2, noticiada no "Registro Bibliográfico deste número)

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Cerqueira Filho, Gisálio — A influência das idéias socialistas no pensamento político brasileiro, 1890/1922. Apresentação de Antônio A. Serra. São Paulo, Loyola, 1978. 92 pp.

Originalmente uma monografia de mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o presente livro aborda o estudo do pensamento político brasileiro por um ângulo original e oportuno. “Nos estudos sobre a Primeira República no Brasil, raramente os pesquisadores, cientistas sociais, têm-se ocupado da formação e ação do operariado. Via de regra se ocupam tão-somente dos grupos socialmente dominantes, mesmo no que se refere ao pensamento político no Brasil. Aqui a intenção foi outra. O objetivo maior foi a reintegração do movimento operário nos estudos sobre pensamento político brasileiro, até então restritos aos letrados. Constatamos que os operários, notadamente através da imprensa de classe, têm algo a dizer no que se refere à organização política da sociedade brasileira” (da apresentação na orelha da capa). Por certo o livro que aqui se registra não é o primeiro a abordar o assunto, mas será dos primeiros a tratá-lo por uma metodologia mais correta, sem o caráter panfletário que, no mais das vezes, caracteriza estudos dessa natureza. O autor ateu-se ao “eixo Rio-São Paulo”, o que, sem dúvida, já não é pouco. Mas não seria de todo dispensável saber o que ocorreu pela mesma época em outras regiões do Brasil, inclusive em cidades menores, do interior, onde a imprensa operária revestiu-se de muita significação. A pesquisa não é fácil. Os jornais operários, em geral de pequena circulação, no mais das vezes não foram conservados (raras as bibliotecas que os possuem), tiveram duração efêmera e, como se não bastasse, as indagações em torno do assunto foram sempre vistas como suspeitas pelos órgãos de repressão. Sabemos de arquivos inteiros que foram destruídos, outros que foram desmantelados, tornando a pesquisa, nessa fonte, muito difícil pela inexistência de uma continuidade. Por isto mesmo é que contribuições como esta que registramos, por incompletas que sejam, devem sempre ser bem recebidas (e aproveitadas) como “tijolinhos” para a construção do grande edifício de nossa tão maltratada História Social. ONM

Diversos — João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30. João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1979. 308 pp.

Ao ensejo do transcurso do centenário de João Pessoa, o Segundo Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, expressiva promoção da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba em 1978, centralizou seu programa numa série de exposições e debates visando a uma revisão em torno do processo revolucionário no Brasil, mais precisamente da Revolução de 30 e da figura de João Pessoa. O presente volume enfeixa as comunicações e os debates da importante reunião da capital paraibana, com o seguinte sumário: “O homem do Nego ante o Sim da verdade do povo”, por Abguar Bastos; “João Pessoa e o populismo na magistratura: uma revisão histórica”, por Geraldo Irineu Joffily; “Transformações econômico-sociais e a Revolução de 30”, por Bóris Fausto; “A Paraíba e a década de 20”, por José Octávio; “A Revolução Brasileira, um processo inconcluso”, por Luiz Toledo Machado; “A administração do Presidente João Pessoa”, por Humberto C. de Melo; “O Problema de conceituação na Revolução de 30”, por Amaro Quintas. Comentários a cargo de Cláudio Santa Cruz Costa, Josefa Gomes de Almeida, Enaldo Fernandes e Lenildo Corrêa. Como introdução, contém o volume a alocação proferida na abertura do Seminário pelo então Secretário da Educação do Estado, Dr. Tarcísio de Miranda Burity. Pela nossa experiência com os já tradicionais **Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira**, pois tivemos a honra de ser convidados a participar do Terceiro, realizado no ano passado, podemos afixar a seriedade e o nível excelente com que tais reuniões são realizadas. ONM

Educação Hoje, vol. 5, nº 2, Palmas, dezembro de 1979.

Revista mista, com a maior parte das publicações universitárias do país, o último número do órgão oficial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas, PR, apresenta matéria de interesse para os estudos históricos, como o artigo de Oswaldo Maciel de Araújo sobre “Descobrimento e povoamento dos Campos de Palmas” e alguns documentos sobre a atuação do Barão do Rio Branco na chamada “Questão de Pal-

mas”. O assunto fora tratado por João Paulo Rocha Filho numa conferência proferida por ocasião do II Simpósio Regional de História do Sudoeste do Paraná, oportuna realização da Faculdade de Palmas levada a efeito em outubro do ano passado. Os demais artigos da revista versam sobre temas de Educação, Filosofia, Lingüística e Literatura. ONM

Montenegro, João Alfredo de Sousa – O liberalismo radical de Frei Caneca. Apresentação de Antônio Paim. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978. 216 pp. (Coleção “Caminhos Brasileiros”, vol. 4.)

O autor começa lembrando que “Frei Caneca é autor pouco estudado”. E considera que praticamente só um livro lhe foi consagrado, o de Lemos Brito, aparecido em 1937 e cremos que nunca reeditado. Livro realmente bom, cujos méritos Montenegro é o primeiro a reconhecer, mas cujas deficiências igualmente aponta, especialmente por não ter o autor se proposto “a um trabalho de aprofundamento da postura filosófica de Frei Caneca, condição essencial para a compreensão do liberalismo radical que desenvolveu”. A tese deste novo livro é a de que o liberalismo radical do carmelita pernambucano resulta de uma composição ideológica construída com elementos recolhidos de diversas e conflitantes fontes, apresentando-se em níveis sobrepostos, com um fundo de mentalidade conservadora e em sintonia com arcabouço matizado de linguagem que veicula objetivos políticos e estratégicos de natureza utópica, prospectiva”. Consta a obra de três partes: 1. Frei Caneca: vida, personalidade e circunstâncias; 2. A fundação do liberalismo radical no Brasil; e 3. A obra doutrinária de Frei Caneca. Com este livro se poderá, em parte, sanar a lacuna apontada pelo prefaciador quando lembra que “a questão da idéia liberal foi sendo gradativamente abandonada pela ensaística brasileira ao longo da República, talvez pela paulatina extinção da espécie nos arraiais políticos, circunstância que se fazia acompanhar da ascensão do republicanismo autoritário e do autoritarismo doutrinário”. Mas, lembra ainda Antônio

Paim, “abandonada pela ensaística republicana e pelos políticos, foi entretanto apropriada pela Universidade a partir dos anos sessenta”. E adiante: “O leitor verá que este livro corresponde a significativo progresso no estudo da idéia liberal na expressão radical que veio a assumir. Ao longo da exposição sobressai o desempenho compreensivo, a atitude de profundo respeito pela obra estudada, sem abdicação do espírito crítico, a ausência de qualquer manifestação de arrogância. Enfim, todas as virtudes do autêntico historiador.” João Alfredo Montenegro já nos apresentara dois excelentes ensaios: **Evolução do Catolicismo no Brasil** (Vozes, 1972), considerado por Alceu Amoroso Lima “notável em todos os sentidos”, e **Ideologia e conflito no Nordeste rural** (Tempo Brasileiro, 1976). ONM

Piccolo, Helga Iracema Landgraf — A Política Rio-grandense no Segundo Império, 1868/1882. Prefácio de L. C. de Mesquita Rothmann e apresentação de Dante Laytano. Porto Alegre, Edição do Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. 155 pp.

Originalmente uma tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo (e de cuja comissão examinadora tivemos a honra de participar), o trabalho da Professora Helga Piccolo constitui substancial contribuição à história política brasileira, notadamente no Rio Grande do Sul. Já tendo apreciado seu trabalho na devida ocasião, preferimos dar a palavra aos dois “padrinhos” do livro, que souberam tão bem apreciá-lo e valorizá-lo. “É, sem favor, — diz o professor Rothmann — um trabalho valioso de pesquisa, dos mais significativos, fruto de investigação paciente, laboriosa, séria, baseada em documentação original. Afinal, um levantamento precioso e preciso das fontes correspondentes ao evento tratado em sua obra. A tese, nos mínimos detalhes, demonstra o alto critério acadêmico e a erudição que adorna a personalidade de professor e pesquisador da ilustre colega, cuja figura honra o magistério universitário brasileiro”. Para Dante de Laytano, o trabalho de Helga “constitui-se num primor de desenvolvimento lógico em torno das substâncias de natureza de partidarismo político no século XIX na então

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A tese está estruturada com percepção didática em três partes distintas. Precedida de uma introdução em que ela não só explica a metodologia que empregou, como se coloca diante da problemática sociológica, como observadora consciente dos fatos como a deterioração dos conservadores e ascensão dos liberais, então um divisor de águas com toda a autenticidade do prosseguimento das crises monárquicas. Estudou também todos os Relatórios e Falas de Presidentes de Província. Da Primeira Convenção Republicana no Rio Grande do Sul e depois e antes o legado da História da República Rio-Grandense de 1835/45, ela aprofunda as tomadas de posição”. Para um examinador de mestrado ou doutorado nenhum prazer maior do que ver a tese examinada convertida em livro. Inúmeras vezes já experimentamos essa agradável sensação, e uma das mais expressivas foi justamente com a tese de nossa preclara colega do Rio Grande do Sul. ONM

Publicações do Museu Municipal de Paulínia, no 10, novembro de 1979.

É de se louvar, antes de tudo, o esforço e a dedicação do Professor Desidério Aytai à frente de “seu” museu de antropologia e etnologia, que criou para a nossa Universidade, mas que esta, infelizmente, não quis ou não pôde conservar, fazendo com que o ilustre mestre se abrigasse na vizinha cidade de Paulínia e ali, com a natural e injusta precariedade de verbas que caracteriza os municípios em nosso país, continua seu trabalho de pesquisa, editando regularmente um boletim bastante modesto na apresentação (simplesmente mimeografado), mas rico de conteúdo. O nº 10, último publicado e correspondente a novembro do ano passado insere três trabalhos de pesquisa, sendo dois do próprio Professor Desidério Aytai (“Obsetrícia karajá”, “Um microcosmo musical: cantos dos índios Xetá”, este também em inglês) e outro de suas colaboradoras e discípulas Iole Terezinha Ferreira e Maria Augusta Pereira intitulado “Contribuição ao estudo das características balísticas de flechas”. Ao Professor Aytai, que sempre se mostrou muito amigo desta publicação, tendo mais de uma vez conos-

co colaborado, não temos senão que desejar todo o êxito possível em seu magnífico trabalho à frente do Museu Municipal de Paulínia. Os interessados em suas publicações devem escrever para: Museu Municipal, Prefeitura Municipal de Paulínia, 13140 — Paulínia, SP. ONM.

Revista Brasileira de Sociologia, vol. IV, nºs 1/2, janeiro/dezembro de 1978.

Apresentando-se como “Revista de Integração Nacional dos Profissionais em Sociologia” e dirigida pelo Prof. Dr. Alfonso Trujillo Ferrari, surge mais um número desta importante publicação campineira, órgão da Associação Brasileira de Sociologia. Oportuno editorial (tão oportuno que o transcrevemos na primeira seção deste número) enfoca o papel da revista e da entidade que a edita no panorama cultural de nosso país, e “abre suas páginas” para quatro importantes trabalhos de pesquisa: “Distribuição dos atores na área da saúde no Estado de São Paulo”, de Alfonso Trujillo Ferrari (Unicamp e Pucc), “O ‘ser homem’ e a posição das mulheres nas classes altas brasileiras”, de Mário Bick (do Bard College de Nova York e atualmente professor-visitante da Unicamp), “Atualidade da Sociologia do Direito”, de Cláudio Souto (Univ. Fed. de Pernambuco) e “A inconsistência de **status** na integração social do estudante brasileiro”, de Ophelina Rabello (Unicamp). Resenhas bibliográficas assinadas por Maria Salete Z. Trujillo, Zelinda Favero Gervásio, Donald Pierson e Alfonso Trujillo Ferrari e algum noticiário complementam este novo número da **Revista Brasileira de Sociologia**. Endereço para os interessados em contatos: Rua General Osório, 1031, 15º andar, conj. 156, em Campinas.

Revista do Instituto Genealógico Brasileiro. Ano 1, nº 1, São Paulo, 1979.

Substituindo antigas publicações que tiveram larga difusão — entre elas o Anuário Genealógico Brasileiro e a Revista Genealógica Brasileira — acaba de aparecer esta nova publicação do Instituto Genealógico Brasileiro que dedica seu nú-

mero inicial ao Primeiro Curso de Genealogia e Heráldica, realizado em maio e junho de 1977, promovido pelo Instituto e contando com o patrocínio da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. As conferências reunidas neste volume — e que foram todas as do curso, com excessão de duas — tratam do grande e íntimo relacionamento da Genealogia e da Heráldica com a História. Eis os títulos e seus autores: “História e Genealogia”, por José Pedro Leite Cordeiro; “Pedro Taques e a Nobiliarquia Paulistana”, por Duílio Crispim Farina; “Silva Leme e a Genealogia Paulistana”, por Lycurgo de Castro Santos Filho; “O Instituto Genealógico Brasileiro. Retrospecto histórico. Salvador de Moya e outros eminentes genealogistas”, por João Gabriel Sant’ Ana; e “Heráldica de Família”, pelo Tenente-Coronel Henrique Oscar Wiederspahn. Contém ainda o volume o trabalho de Waldomiro Franco da Silveira, “Primeiros povoadores vicentinos”, além de amplo noticiário sobre o Instituto. São nossos votos que a entidade presidida pelo nobre confrade Galvão Bueno Trigueirinho possa levar avante o programa que se propôs. ONM

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Terceira fase, nº 1, II Semestre de 1979. Florianópolis.

“A história do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, como a da maioria dos órgãos culturais congêneres do Brasil, tem-se caracterizado por períodos de grande atividade cultural entremeados por períodos de verdadeira estagnação, pelo menos no que concerne a publicações”. Após esta ponderação inicial, a nota de apresentação informa-nos que “fundado em 1896, o IHGSC só começou a publicar sua revista em 1902, persistindo até 1921 com alguns números, mas de valiosa importância para a historiografia não só da época, se considerarmos as condições de então, mas de todo um futuro catarinense ligado às ciências sociais”. Reapareceu em 1943, durando apenas um ano, e agora, 35 anos depois, surge numa terceira fase, “não se comprometendo com a regularidade da publicação de números tão próximos”, mas com características novas devidas principalmente à renovação do quadro social do

Instituto, constituído na maioria de professores universitários, com “uma nova e necessária visão da História e da Geografia como ciências estudadas através de metodologias próprias”. E continua a nota de apresentação: “A Geografia e a História românticas estudadas no passado, necessárias e importantes para uma época, dão lugar à História e à Geografia científicas do presente, com o fim de trazer à luz e de estimular novas pesquisas e trabalhos”. Fiel a este programa, o primeiro volume da nova série apresenta três trabalhos de História e dois de Geografia, além da publicação de um documentário sobre a visita do representante do Bispo do Rio de Janeiro a Santa Catarina, em 1811, “material que, certamente, irá enriquecer sobremaneira as fontes primárias e secundárias relativas à História de Santa Catarina. A seção de História oferece-nos: “Almirante Henrique Boiteux: o homem e a obra”, por Walter Fernandes Piazza; “Marechal Manoel de Almeida da Gama Lobo Coelho D’Eça, Barão de Batovi”, por Sylvia Amélia Carneiro da Cunha; e “Morte na cidade do Desterro, 1804-1854: cifras, causas e conseqüências”, por Lawrence James Nielsen. A seção de Geografia apresenta-nos: “A evolução urbana de Santa Catarina no período de 1940 a 1970”, por Victor A. Peluso Júnior, e “A população citadina de Santa Catarina”, por Marly A. F. B. Mira. Respondem pela “Revista” catarinense nesta nova fase Jali Meirinho, Walter Fernandes Piazza e Carlos Humberto Corrêa. Aos prezados colegas e confrades de Santa Catarina, os nossos melhores votos para que a publicação ora reiniciada tenha feliz prosseguimento. Conhecemo-la das fases anteriores; utilizamos alguns de seus números quando elaboramos nosso livrinho **Páginas Catarinenses** (1977); sabemos, portanto, de seu valor e, desta maneira, só temos que nos regozijar com o seu reaparecimento. Endereço para os eventuais interessados: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, rua Filipe Schmidt, 25, 8º andar, Florianópolis, SC. ONM.

MEMÓRIA CAMPINEIRA (8) SAINT-HILAIRE EM CAMPINAS

Vindo de Goiás, percorrendo, portanto, em sentido inverso, o velho caminho das bandeiras, Saint-Hilaire chegou a Campinas aos 22 de outubro de 1819. Demorou-se aqui dois dias, seguindo depois para São Paulo. Após algumas semanas na Capital, tomou a direção do sul do país, chegando até a Província Cisplatina (o Uruguai de hoje), na época parte integrante do Brasil.

Já tivemos oportunidade de transcrever algumas vezes a descrição que o ilustre viajante fez de nossa cidade, denominada então Vila de São Carlos. E aqui surge a primeira observação curiosa do botânico francês: “Quando de minha viagem, o nome oficial não tinha ainda prevalecido, e parece que, ainda hoje (Saint-Hilaire escreveu seu relato muitos anos após a viagem) não é geralmente adotado, porque unicamente o de Campinas é visto nos relatórios dos presidentes da província à Assembléia Legislativa”. Significa isto — num depoimento bem vivo — que o nome de São Carlos imposto a Campinas quando da criação da vila em 1797 não “pegou”, pois o nome de Campinas continuou sendo usado, diz o botânico, até nos documentos oficiais. Razão de sobra assistiu, pois, aos que, em 1842, quando da elevação à categoria de cidade, determinaram o restabelecimento do nome Campinas.

Depois de explicar a origem da cidade, vinculando-a à cultura da cana-de-açúcar, observou que Campinas, cercada de matas por todos os lados, possuía ruas não muito largas, mas com casas novas, unidas umas às outras, cobertas de telhas e construídas, em sua maioria, com terra socada (taipa). Algumas delas podiam ser consideradas bonitas. A igreja paroquial, contudo, lhe pareceu pequena e mesquinha, situada numa praça que formava um longo quadrado (a Praça Bento Quirino de hoje). Quando de sua viagem, recordava ele, era intensa na localidade a construção de casas, sendo por aí fácil de perceber que ela, em pouco tempo, adquiriria notável importância. A maioria dos habitantes era constituída de agricultores e o município era, de toda a província, o que mais produzia açúcar, pois já na sua época (1819) contava cerca de uma centena de engenhos. As fazendas de certa importância possuíam, pelo menos, uns vinte escravos e produziam facilmente duas mil arrobas de açúcar. Tece algumas considerações sobre o cultivo da cana e a fabricação do açúcar e depois descreve a visita

que fez ao Capitão-mor, que o recebeu com muita gentileza, convidando-o a almoçar em sua companhia no dia seguinte. Nesse almoço tomou, pela primeira vez, o mate ou “erva do Paraguai”, da qual a princípio não gostou, mas acabou-se acostumando. E teria que se acostumar mesmo, pois empreenderia em breve longa excursão pelo Paraná e Rio Grande do Sul, onde o uso dessa bebida era bem mais generalizado. Chamou-lhe a atenção as salas de visita e de jantar do Capitão-mor, que tinham as paredes pintadas imitando mármore até a altura do peitoril das janelas; daí para cima, até o teto, eram pintadas de branco, com uma barra imitando um cordão de flores, sistema de decoração “não de todo deselegante e muito usado nas casas de brasileiros ricos”.

A **Viagem à Província de São Paulo**, de Saint-Hilaire, mereceu duas traduções: a de Rubens Borba de Moraes, publicada pela primeira vez em 1940, integrando a “Biblioteca Histórica Brasileira” da Livraria Martins, e reeditada em 1945 e em 1972; e mais recentemente (1976) a de Regina Regis Junqueira, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Universidade de São Paulo, na coleção “Reconquista do Brasil”.

*
* *
*

TRANSCRIÇÃO

D. PEDRO II VISTO POR JOSÉ MARIA BELO

(. . .)

Mas ele próprio se transforma. Envelhece precocemente no corpo e na alma. Dir-se-ia que o grande esforço da campanha militar o fatigara, destruindo as ilusões que pudesse ter sobre a sua missão no Brasil. Pouco a pouco, abandona as prerrogativas de que era mais cioso. Atento ao cotidiano dos seus deveres funcionais, parecem pesar-lhe demasiado as funções ou encargos mais altos do governo. As suas viagens à Europa e à América do Norte são como evasões às coisas aborrecidas que o cercavam. Correndo apressadamente países e cidades, fazendo sobre as coisas

ilustres pelo passado ou pela beleza artística, que visitava, as vulgares observações dos turistas medíocres, confundindo, muitas vezes, o valor dos homens eminentes que procura — redimindo-se, no entanto, neste aspecto, pelo pressentimento da revolução musical de Wagner e pelo respeito aos gênios de Pasteur e de Edison — Pedro II esforça-se por esquecer os cuidados do governo. Na sua longa correspondência de viagem, por exemplo, ou em outros documentos análogos, não se revela jamais a preocupação do estadista. Parecem-lhe indiferentes os problemas econômicos; alheia-se das primeiras grandes transformações sociais que a civilização capitalista da máquina determinava na Europa e nos Estados Unidos. Interessa-o muito mais, ou simula para si mesmo que o interessa, o estudo do árabe ou do hebraico. Afigura-se, por vezes, um burguês letrado ou um negociante, vagamente sentimental, da City, em férias mais prolongadas pelos museus ou pelas ruínas históricas do Continente. Devora livros, sacia a curiosidade do espírito por toda parte, e não consegue, como produção intelectual, ir além de alguns medíocres sonetos e de algumas páginas em prosa, igualmente medíocres. As suas cartas, escritas sem gosto literário, não revelam nenhuma espontaneidade de idéias ou de sentimentos, nenhuma forte reação emocional ante as coisas que mais admira. Confirmam sempre, todavia, a habitual nobreza dos seus sentimentos. A gente de sua família, esposa, filhas, genros e netos, era incapaz de surprender-lhe as falhas, criando, por própria conta, um ambiente de vivas simpatias públicas ou de irradiação pessoal. Típica família burguesa, da linha de Luís Filipe, onde não se eleva ao primeiro plano nenhuma figura. Tudo, pois, indicava ao próprio Pedro II que o Império acabaria com ele. A nação não tolerava sequer a idéia da chefia do Estado em mãos de uma princesa, piedosa e digna, mas casada com um príncipe estrangeiro, profundamente antipático, embora, muitas vezes, com injustiça, ao sentimento público.

(História da República, 31/32. 3ª edição.
São Paulo, 1956.)

*

LETRAS NO BRASIL NO SÉCULO XVIII (Varnhagen)

Pelo que respeita às letras, além dos escritos dos sócios das Academias dos **Esquecidos** e dos **Felizes**, de que há pouco nos ocupamos,

pertencem a este período três obras muito notáveis de nossa literatura, sendo duas delas produto do engenho baiano. Referimo-nos ao **Compêndio Narrativo do Peregrino da América**, de Nuno Marques Pereira, filho de Cairu, à **História da América Portuguesa** (até 1724) por Sebastião da Rocha Pitta, e aos **Anais do Maranhão** (até 1718) pelo ex-governador do próprio Estado Bernardo Pereira de Berredo.

O **Compêndio Narrativo**, em estilo que podemos qualificar de vieirense, recomenda-se pela muita erudição que encerra, pela pureza das doutrinas morais e religiosas que prega, e pelas muitas pinturas que oferece do Brasil.

A **História** de Pitta, que ainda hoje se aprecia pelo seu colorido poético, bem que omissa em fatos essenciais, destituída de critério e alheia a intenções elevadas de formar ou de melhorar o espírito nacional, fazendo avultar, sem faltar à verdade, os nobres exemplos dos antepassados, serviu de muito, por algumas de suas próprias exagerações para recomendar à metrópole o Brasil. O autor não recorreu sempre, é verdade, às mais puras fontes da história; era mais imaginativo, que pensador; mais poeta e admirador do belo, que crítico, vassalo da razão e escravo das provas autênticas; e querendo ser o Tito Lívio da pátria, narrando os fatos do Brasil, tinha menos presente o seu passado que tudo quanto sucedera em Roma e Cartago. Outras vezes como que pensava enobrecer e sublimar a história da colônia luso-americana, intercalando episódios largos acerca de fatos passados na metrópole, v. g., da doença ou morte deste ou daquele infante que jamais pensara no Brasil, ou da genealogia de algum analfabeto fidalgo, com a sua linhagem fabulosa entroncada por bastardia na dos reis de Leão.

Como história, esta obra apenas pode ser consultada com vantagem acerca de alguns fatos ocorridos em vida do autor, que lhe foram referidos por testemunhas que ele para esse fim inquiria, segundo sua própria declaração. Dos importantes governos de Diogo Botelho e D. Diogo de Menezes não nos transmitiu o historiador a menor notícia, que declara “não haver achado”. Igualmente omissa se mostra acerca dos sucessos do Maranhão, mas esta omissão veio em breve a ser suprida pela obra de Berredo, que pelo mesmo tempo se escrevia, bem que só viesse a ser publicada póstuma um quarto de século depois (1749).

Dos **Anais do Maranhão** de Berredo, cumpre-nos dizer que os temos por um dos mais preciosos livros que acerca de nossa história

possuímos; pois, impossível nos é deixar de reconhecer que o escritor era de espírito nobre, grave, e geralmente caridoso. Quis, porém, como Pitta, enobrecer os seus assuntos, com frases retumbantes e elevadas comparações, e quando pensa revestir de importância os fatos, não tem conseguido mais do que ser empolado, ou escuro, para não dizer enganoso; pois às vezes parece querer iludir o leitor, fazendo-o acreditar como importantes certos fatos que em boa crítica nem se deveriam chamar história. Entretanto, cumpre confessar que se não existira a obra de Berredo, pouco se soubera, até os modernos tempos, acerca da história do Maranhão, principalmente desde 1644 e 1718.

Como poetas haviam-se mais ou menos distinguido, no Brasil, o mesmo Rocha Pitta, Prudêncio do Amaral, José Borges de Barros, Santa Maria Itaparica, Brito e Lima, Soares da Franca, Canelo de Noronha e a pernambucana D. Rita Joana de Sousa, dos quais nos limitaremos a deixar aqui mencionados os nomes.

(História Geral do Brasil, IV, 41/43. 3ª edição. São Paulo, Melhoramentos, s. d.)

*

PARIS EM MEADOS DO SÉCULO XVII (Bernardo Rucellai)

A superfície delimitada pelas muralhas de Paris é pouco superior à de Florença, mas tem à sua volta subúrbios que a tornam muito maior, e estes são dez (. . .) Saint-Germain é o principal, com muitas construções e igrejas belas, sendo hoje em dia a mesma coisa morar nos subúrbios ou na cidade. A cidade é rodeada de muralhas, que em muitos pontos têm baluartes, e vai aumentando com a inclusão destes subúrbios (. . .) Há em Paris uma infinidade de palácios, e todos os dias se vão fabricando muitos outros à moderna, ricamente e muito dispendiosos, se bem que já há alguns anos mandasse o rei afixar uma ordem em todas as portas da cidade e em muitos termos de Paris, como se pode ver escrito em pilastras quer de madeira, quer de pedra mandadas fazer para este efeito, pela qual proibia que se ampliasse ou construísse, devido ao grande aumento diário da cidade e temendo-se que, multiplicando-se os habitantes, pudesse faltar as provisões necessárias para tanta gente ou que, povoando-se esta, diminuíssem os habitantes das outras partes do reino; mas parece que esta ordem não foi seguida, pois só se vêem novas construções

quer na cidade, quer nos subúrbios (. . .). Os habitantes, dizem os franceses que são um milhão e meio, mas verdadeiramente crê-se que sejam novecentos mil. Há doze mil coches e outras tantas carroças, e o número de cavalos dizem que passa de cem mil. Dizem que se consomem todos os dias dez mil capados, duas mil vitelas de leite e mil juntas de bois, sem contar com a criação e outros animais. O pão, além do que se faz em Paris, vem de diversas vilas circunvizinhas, donde chegam duas vezes por semana mais de quatro mil carroças que o descarregam em algumas praças, juntando-o em grandes montes, e dali depois é distribuído pela cidade, sendo geralmente os pães muito grandes e com quase um braço de diâmetro, muito brancos e bem cozidos. Faz-se também pão pequeno à italiana, e nunca o vi nem comi tão leve ou melhor que este. Há, em diversas partes da cidade muitas fontes públicas cuja água puríssima foi canalizada pela rainha mãe, e a água é vendida pelas casas por um grande número de homens que a transportam em dois dornachos, levados ao pescoço presos por um arco, da mesma maneira que transportam a água do rio, se bem que haja poços em todas as casas.

É indescritível o número de lojas, especialmente na grande Rua de São Diniz, todas cheias de coisas belas e de belíssimos tecidos (. . .). As lojas dos livreiros e, especialmente as da Rua de São Tiago estão cheias, e bem fornecidas de livros encadernados em cor-de-rosa e preto, decorados com filetes de ouro, custando a encadernação de um livro em papel como no Colégio só 30 daqueles soldos; maravilham quem os vê, e induzem os forasteiros, devido ao baixo preço, a comprá-los. Tudo é barato, exceto as rendas de casa, o vinho, as cavalariças e a lenha. Há um grande número de liteiras, cujos portadores andam muito depressa por aquelas ruas, e grande quantidade de carregadores denominados *crochettiers*, devido a uns paus em forma de gancho que trazem às costas, e sobre os quais podem colocar o que se quiser.

Há grande quantidade de jóias, especialmente de pérolas, com as quais as senhoras se enfeitam ricamente; além disso, vestem quase todas muito bizarramente de preto e param pouco em casa, se bem que sejam elas que governam, pois vêm-se a passear ou a merendar nos jardins ou nas quintas, existentes em grande número nos campos à volta de Paris.

(Bernardo Rucellai, embaixador toscano em França, em 1643. Apud Os Milênios, V, 201. Lisboa, Verbo, 1970.)

* * *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA
JOSÉ MARIA BELLO (1885-1959)

José Maria de Albuquerque Bello, literariamente conhecido simplesmente por José Maria Bello, jornalista, historiador, ensaísta e político pernambucano, nasceu num engenho do município de Barreiros, em 1885, e faleceu no Rio de Janeiro em 1959. Fez estudos preparatórios no Recife, mas vindo para o Rio, cursou a Faculdade Livre de Direito da antiga Capital Federal, bacharelando-se em 1911. Ocupou, desde os tempos de estudante, os cargos de redator e bibliotecário da Câmara dos Deputados. Atraído pela política, foi deputado e senador federal pelo seu Estado e presidente eleito para o quadriênio 1930/1934, não chegando, contudo, a tomar posse em virtude da Revolução que eclodiu em outubro de 1930 e pôs fim à chamada Primeira República. Interrompida, assim, sua carreira política, passou a dedicar-se ao jornalismo e ao magistério e foi Procurador da Prefeitura do antigo Distrito Federal. Com a tese **Noção filosófica e social do Direito**, prestou concurso para a Faculdade Nacional de Direito em 1933. Desempenhou as funções de adido à Embaixada do Brasil na Conferência de Versalhes, em 1919 e participou das delegações do Congresso Nacional às Conferências Parlamentares do Comércio em Roma (1925), no Rio de Janeiro (1926) e Berlim (1929).

Sempre interessado nos problemas da cultura, sobretudo os literários e sociais, deixou numerosa obra de análise e crítica, que se insere entre os melhores títulos de nossa bibliografia. O jornal foi o seu grande campo de atividade cultural e alguns de seus livros foram, antes, publicados na imprensa periódica. Nas letras históricas, voltou sua atenção especialmente para o período republicano, sendo dos primeiros a tratar dessa importante época de nossa história. Com efeito, sua **História da República**, cuja primeira edição data de 1940, foi um livro pioneiro, pois poucos naquela época animavam-se a estudá-la. Reconhecendo as dificuldades que seu livro implicou; escreveu no prefácio: “É um tanto temerário escrever a história de um regime que mal completa meio século de existência. Falta-nos perspectiva; a pátina do tempo ainda não pôde dar aos fatos este vago tom de poesia, que melancoliza e embeleza as cousas e as figuras, até as cousas banais e as figuras medíocres, dos passados distantes. Monótona parece-nos a paisagem da história brasileira; raramente se elevam da bitola comum os honestos e equilibrados elementos que nela se

agitam. Por isto mesmo, nos primórdios da República, adquire relevo especial a personalidade, psicologicamente bem mais rica, do dúplice e disfarçado Floriano Peixoto. Estudando a história do Brasil no período republicano, continuo a tarefa que me tracei de bem compreender a vida do meu país. Sob tal prisma, o livro atual completa outros, já publicados. Hoje como ontem, esforço-me por ser sincero e objetivo, esquecendo as minhas possíveis paixões, aversões e simpatias, e tendendo sempre, no julgamento dos homens, à benevolência, que é uma das raras lições colhidas no trato de uma vida já bem vivida, e numa época de tão trágicas surpresas e tão brutais ameaças”.

A primeira edição de sua **História da República** compreendia apenas o início do regime, até o governo de Campos Sales. Reviu e ampliou a obra para novas edições, a segunda em 1952 e a terceira (definitiva) em 1956. Nesta última, sua análise prolongou-se até 1954 e o livro traz como subtítulo: “Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira”. A obra pioneira de José Maria Bello inspirou, ou melhor, abriu caminho para numerosas outras, avolumando-se consideravelmente a bibliografia em torno do período republicano e, inclusive, estudando-o à luz de outros aspectos não considerados pelo ensaísta pernambucano, cuja obra enfoca o período quase que exclusivamente pela visão política, pois, como se viu, ele próprio fora político militante.

Outra de suas obras de muito interesse para a historiografia brasileira é **Inteligência do Brasil**, publicada em 1935, como volume 41 da prestigiosa coleção “Brasiliana”, e que teve uma reedição em 1938. Não se trata de obra original. Para compô-la, o autor aproveitou extratos de obras anteriormente publicadas, reunindo ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Euclides da Cunha, completando o volume com um bem elaborado resumo da evolução literária do Brasil. Infelizmente desapareceu do catálogo da editora após a edição de 1938. Agora, que a Companhia Editora Nacional está reeditando inúmeros títulos da “Brasiliana”, seria de muita utilidade se **Inteligência do Brasil** fosse incluída nesse programa de reedições.

A bibliografia de José Maria Bello, afora o muito que ficou esparsa pelos vários jornais e revistas em que colaborou, compreende:

“Estudos críticos”. Rio de Janeiro, Jacinto, 1917.

“Novos estudos críticos”. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1917.

“Ensaios políticos e literários”. Rio de Janeiro, Castilho, 1918.

“À margem dos livros”. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1922.

“Os exilados” (única incursão nos domínios da ficção). Rio de Janeiro, 1927.

“A noção filosófica e social do direito” (tese de concurso). Rio de Janeiro, Ariel, 1933.

“Inteligência do Brasil”. São Paulo, Editora Nacional, 1935 (Coleção “Brasileira”, vol. 41).

“Imagens de ontem e de hoje”. Rio de Janeiro, Ariel, 1936.

“Panorama do Brasil”. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

“Democracia e Antidemocracia”. Rio de Janeiro, A Noite, 1936.

“A questão social e a solução brasileira”. Rio, Imprensa Nacional, 1936.

“História da República”. Rio, Civilização Brasileira, 1940; Segunda edição, Organização Simões, 1952; terceira edição, São Paulo, Editora Nacional, 1956.

“Retrato de Eça de Queirós”. Rio de Janeiro, Agir, 1945.

“Retrato de Machado de Assis”. Rio de Janeiro, A Noite, 1952.

*
* * *

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às sextas-feiras, no **Correio Popular** de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas.)

20. REQUIEM PARA AQUELES A QUEM AMAMOS

Embora tenha tomado para estas notas o título de uma das maiores obras da música deste século — a que Hindemith compôs sobre o poema de Whitmann dedicado à memória de Lincoln — não é dela que vou tratar. Peço permissão para generalizar o título, vendo réquiems “para aqueles a quem nós amamos” numa infinidade de obras musicais que começaram a surgir após o advento da polifonia. Colocaria entre elas as numerosas missas de requiem da liturgia católica, bem como algumas das cantatas chamadas fúnebres de João Sebastião Bach, notadamente, a **Trauerode**, de número 198, que costume ouvir religiosamente neste

dia consagrado aos que já se foram desta vida, notadamente àqueles a quem amávamos. Colocaria entre elas, igualmente, o “Requiem alemão”, de Brahms, sobre o qual já escrevi longamente neste jornal, bem como as obras de Penderecki escritas em memória das vítimas dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial. E não poderia esquecer o **War Requiem** de Britten ou a nietzcheniana **Missa da Vida**, de Delius. E poria ainda algumas outras obras, que nada têm de fúnebres, mas nos fazem pensar naqueles a quem nós amamos: a cena final do **Parsifal**, quando Anfortas descobre o cálice e a luz celestial inunda a sala onde se encontram os cavaleiros do Graal, numa mensagem de paz e de fraternidade; o momento derradeiro do **Tannhäuser**, quando os dois peregrinos entram com um galho seco no qual milagrosamente brotaram algumas folhinhas verdes, como símbolo da redenção pelo amor; as palavras finais da “Ode à Alegria”, de Schiller, que Beethoven utilizou para o último movimento de sua nona sinfonia; a última cena do **Mefistofeles**, quando, ao mesmo tempo em que o demônio é arrastado para as profundezas do mundo dos mortos, a alma de Margarida eleva-se aos céus numa chuva de rosas . . .

Enfim, seria um nunca acabar se procurasse no vasto reino da música elementos de refrigério da alma e que tão bem fariam se pudéssemos a todos ouvir não apenas no dia de hoje, consagrado à lembrança dos mortos, mas em todos os momentos de angústia — e quem não os tem? —, sentimento que parece ser a dominante no homem escravizado pela técnica que ele mesmo criou, e — mais grave ainda — sem a menor perspectiva de melhora para os dias vindouros. Alguém já denominou nosso século de o “século da angústia”. A todo instante psicólogos, sociólogos ou outros que lidam com as ciências do comportamento humano reúnem-se para a discussão dos graves problemas que afligem o homem de nossa época. E é claro que não chegam a conclusão alguma ou, melhor dizendo, as conclusões a que chegam são quase sempre inexequíveis dentro do sistema em que vivemos. E o homem continua a fazer o papel do aprendiz de feiticeiro, da famosa balada de Goethe, o pobre feiticeiro que aprendeu o segredo para desencadear as forças poderosas da natureza, mas deixou de aprender o segredo para detê-las na hora necessária e conseqüentemente acabou esmagado por elas. Ou então a fazer o papel do homem que vendeu a própria sombra, da não menos famosa novela de Chamisso. Estamos bem próximos do ano de 1984. Recomendo aos leitores que leiam — ou releiam, se for o caso — o célebre livro de George Orwell e constatemos que estamos muito mais perto dele do que pensamos. (2-11-1979).

21. NOVENTA ANOS DE REPÚBLICA

Certa vez recebi de Sérgio Buarque de Holanda, com quem tinha a honra de trabalhar no Departamento de História da Universidade de São Paulo, a incumbência de ministrar um curso sobre o que ele denominava “a desintegração da ordem monárquica” assunto bem de sua predileção, sobre o qual, aliás, escreveu magnífico livro, mas que, não sei por qual razão, entendeu naquele ano de atribuir ao seu modesto colaborador em vez de ele próprio ministrá-lo. Fiquei a pensar que da “desintegração da ordem monárquica” para a República o passo foi muito pequeno e eu talvez tivesse condições de percorrê-lo, embora isto causasse estranheza aos meus preclaros colegas de Departamento. De fato, era a primeira vez que algum professor se arriscava a ministrar um curso sobre o período republicano naquele alto instituto universitário. Os cursos ali ministrados versavam quase que só sobre o período colonial, e quando tratavam do Brasil independente, mal passavam de meados do século passado. Julgava-se que a República, próxima demais, não oferecia ainda condições para uma análise e invocava-se, para tal escusa, a clássica idéia levantada pela historiografia alemã, da “perspectiva do tempo”, importantíssima, sem dúvida, mas não exclusiva para a compreensão da História. Falta-va bibliografia. A única **História da República** então existente, a de José Maria Bello, limitava-se ao aspecto político e, ainda assim, considerada deficiente. Assim sendo, tive de “montar” o curso na base das fontes para o estudo do que poderia ser, embrionariamente, o pensamento republicano.

Bem ou mal, o curso foi dado. E teve o mérito de abrir caminho. Hoje, quem examinar no mesmo Departamento os painéis onde se afixa a relação dos cursos ministrados, constatará uma esmagadora predominância de temas sobre a República. Assim também nos cursos de pós-graduação e na escolha de assuntos para as monografias e teses exigidas pela carreira universitária. Acabou-se indo para o extremo oposto, desprezando-se o período colonial e o Império, deixados para os “brazilianists” americanos que a todo instante publicam livro sobre nossa história e alguns inegavelmente bons.

Hoje, evidentemente, a situação é bem outra com relação às fontes para a história do período republicano. Um só autor, como Edgard Carone, já publicou dez volumes alternando textos com análises. E Sérgio Buarque de Holanda, que não se animou a prosseguir até à República sua grande **História Geral da Civilização Brasileira**, interrompendo-a justamente na já mencionada “desagregação da ordem monárquica”, encontrou em Bóris Fausto um continuador que já promoveu a publicação de mais dois volumes, que provavelmente não serão os únicos, da importante coleção. E se as universidades brasileiras cuidassem de publicar as teses que elas obrigam seus docentes a elaborar, muito se avolumaria a bibliografia

relativa à República, pois os assuntos que lhe dizem respeito predominam na escolha por parte da nova geração de historiadores e professores de História. Seria bom, neste ano em que se comemora o nonagésimo aniversário da implantação do regime, e daqui até o centenário, se procedesse a uma revisão “ampla, geral e irrestrita” na historiografia de tão importante período de nossa história, para que dela se possa fazer, quando da efeméride centenária, um balanço sistemático e científico, dentro do que exige a moderna historiografia (23-11-1979).

*

22. GIGANTES OU SUPER-HOMENS ?

Talvez seja a mesma coisa. Talvez super-homem seja até mais do que gigante. Se questiono o problema é tão-só por uma questão de fidelidade ao texto original e que me foi sugerida pela leitura de uma recente tradução da **Viagem à Província de São Paulo**, de Saint-Hilaire. O grande botânico conheceu como poucos a nossa história, como o demonstrou nos magníficos esboços históricos que traçou ao iniciar cada um dos volumes de suas viagens. Eis porque tem sido, e com razão, considerado um dos grandes vultos da historiografia brasileira. Estudando a história de São Paulo, impressionou-se com o movimento das bandeiras que, para ele só teria explicação se os paulistas pertencessem a uma raça de gigantes. Eis o texto onde se insere a expressão que tanto nos enche de orgulho: “Quando se sabe, por experiência própria, quantas fadigas, privações, perigos ainda hoje (Saint-Hilaire escrevia em 1819) aguardam o viandante que se aventura nessas longínquas regiões e se toma conhecimento do itinerário das intermináveis excursões dos antigos paulistas, sente-se uma espécie de assombro, tem-se a impressão de que esses homens pertenciam a uma raça de gigantes”.

A tradução, que não é minha, está bem fiel ao texto original: “on est saisi d'une sorte de stupéfaction; on serait tenté de croire que ces hommes appartenaient à une race de géants”. De fato, não se poderia traduzir o “race de géants” senão por “raça de gigantes”. Mas a vontade de ser diferente — e só isto, pois nada mais o justificaria — levou a tradutora da nova edição da obra de Saint-Hilaire a traduzir o “race de géants” por “raça de super-homens”, desprezando uma tradução consagrada há mais de um século, transcrita em centenas de páginas sobre a história de São Paulo e que serviu, até, para titular um dos livros mais importantes de nossa bibliografia histórica. Com efeito, a página de Saint-Hilaire (e não apenas a frase que transcrevi) tornou-se antológica pela sua concisão, precisão e

exatidão, qualidades bem suas e que demonstrou de sobra nos nove volumes de suas andanças pelo Brasil há mais de cento e cinquenta anos.

É certo que a variante da tradução não altera nem prejudica o sentido. Prejudica apenas a fidelidade ao texto. Para nós, paulistas, tanto faz vermos em nossos maiores uma “raça de gigantes” ou de “super-homens”. Como disse de início, talvez super-homens seja até mais que gigantes. Mas qual o paulista que já não se havia habituado com o honroso epíteto com que nos dignificou o grande viajante? E, além do mais, qual a vantagem de alterar uma tradução já consagrada, se o nosso “gigante” traduz perfeitamente o “géant” francês? A resposta só pode ser: nenhuma, a não ser, como já se disse, a vontade de ser diferente. (30-11-1979.)

*

23. “VETRATE DI CHIESA”

Permitam-me os leitores deixar no original italiano o título do belíssimo poema sinfônico de Ottorino Respighi inspirado em vitrais de igrejas italianas. Já me referi a ele em nota publicada neste mesmo local há alguns meses, quando sugeri que nossa Orquestra Sinfônica não deixasse em branco o transcurso do centenário do grande compositor italiano, certamente o maior deste século. Respighi soube como poucos trabalhar a forma do poema sinfônico. Forma difícil, pois que inspirada em temas definidos (inclusive literários), dispensando, contudo, a participação vocal. No caso de Liszt, praticamente o criador da forma, os temas literários alternam-se com os históricos e os mitológicos. Já Smetana, o grande mestre tcheco, preferiu inspirar-se na história e na geografia de seu país, produzindo o maravilhoso painel de **Minha Pátria**, no qual adquiriu destaque especial, e por diversas razões, o **Moldava**, o rio histórico da Tchecoslováquia. Respighi, escrevi em nota anterior, inspirou-se na sua velha Roma para produzir **As fontes de Roma**, **Os pinheiros de Roma** e **Festas romanas**, que formam um trático de primeira água na história da música universal. Já para **Vitrais de Igreja**, preferiu tema artístico, ao mesmo tempo que místico-religioso. De fato, daria uma obra maravilhosa se alguém se propusesse a escrever sobre o interesse artístico, histórico e religioso dos vitrais de igreja, desde os tempos de Bizâncio, que foi quando, provavelmente, apareceram pela primeira vez. A Igreja do Oriente sempre teve uma acentuada preocupação de embelezar o culto, seja através da música ou da arte em geral. A do Ocidente, ao contrário, relutou muito em aceitar a ornamentação oriental, mas acabou aceitando, a começar pelos vitrais que, a partir da Idade Média, tornaram-se elementos imprescindíveis nas construções religiosas. Vitrais que contam histórias, tecem alegorias, evocam lendas, visualizam figuras e passagens bíblicas ou das vidas dos santos, dos mártires e dos heróis da fé.

Para seus **Vetrata di Chiesa**, Respighi escolheu quatro temas admiravelmente trabalhados, com a mestria que lhe era característica: 1. A Fuga para o Egito (“A pequena caravana prosseguia através do deserto, na noite estrelada, levando o Tesouro do Mundo”); 2. São Miguel, o Arcanjo (“E travou-se no céu uma grande batalha: Miguel e seus anjos bateram-se com o dragão e o venceram, pelo que não houve mais lugar para ele no céu”); 3. A oração matinal de Santa Clara (“Porém, Jesus, seu noivo, não querendo deixá-la desconsolada, fê-la transportar milagrosamente pelos anjos para a Igreja de São Francisco, onde se encarregou de todo o serviço matinal”); 4. São Gregório Magno (“Contemplai o Pontífice ! abençoai-o, Senhor ! cantai o hino a Deus, Aleleuia !”).

Poucas obras orquestrais tenho ouvido, de tão perfeita adequação aos motivos que lhes serviram de inspiração, especialmente no último deles, em que o compositor emprega temas gregorianos. Só não entendo a razão de **Vitrais de Igreja** nunca ter merecido o favor do público. É o menos divulgado dos poemas sinfônicos de Respighi. Dele só se conhecem duas gravações, enquanto que se contam às dezenas as de **As Fontes de Roma** e de **Os Pinheiros de Roma** (21-12-1979).

*

24. O “RAMAL FÉRREO” E A “FUNILENSE”

Simpático editorial publicado há pouco por um dos grandes órgãos da imprensa paulistana sobre o nosso antigo Ramal Férreo Campineiro foi seriamente comprometido por informações totalmente errôneas fornecidas por um cidadão, cujo nome vem mencionado, mas que se revelou de uma ignorância total não só de nossa história ferroviária, como da história de nossa cidade. A tese central do editorial é válida e oportuna por criticar a desativação impensada de uma ferrovia que, se devidamente reaparelhada em vez de arrancada, estaria hoje produzindo os melhores resultados.

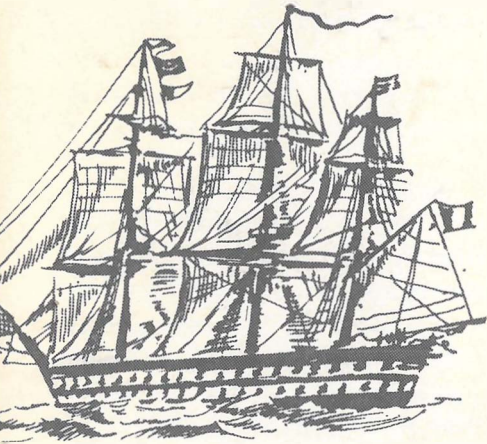
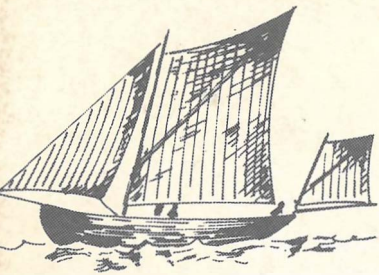
“Trata-se” – diz o editorial – “do antigo Ramal Férreo Campineiro, mas conhecido como Funilense”. Não. São duas cousas diferentes. O Ramal Férreo é uma estrada, a Funilense é outra. Tratei demoradamente das duas em meu livro **Café e Ferrovias**, como delas trataram todos os que têm escrito sobre a história de Campinas. É inadmissível, pois, a confusão. O **Ramal Férreo**, como observou o editorial, punha Campinas em ligação com o velho Arraial dos Sousas (atualmente apenas Sousas) e com as velhas fazendas da região de Cabras. O povo pitorescamente apelidou-o de **Cabrita**. Teve como idealizador Antônio Pompeu (cujo nome se

encontra numa das praças de nossa cidade) e foi inaugurado a 20 de setembro de 1894. Posteriormente foi adquirida pela Companhia de Carros Elétricos de Campinas (origem da futura Companhia Campineira de Tração, Luz e Força, chamada pelo povo simplesmente de **Tração**) e transformada numa linha de bondes, que tinha seu ponto inicial na própria estação da Paulista. Como linha de bondes funcionou até sua extinção, há mais de vinte anos.

Já a **Funilense** destinava-se a ligar Campinas à fazenda e depois bairro do Funil, e atual cidade de Cosmópolis. De Funil, veio o seu nome, nada tendo a ver, pois, com as “peculiaridades do seu traçado”, como diz o editorial do jornal paulistano. Foi fundada em 1890, incorporada por diversos fazendeiros da região doravante conhecida por Funilense, entre eles os Nogueiras (José Paulino, José Guatemozin e Artur), João Aranha, o Barão Geraldo de Rezende. Dificuldades várias retardaram sua construção, de modo que ela só pôde ser inaugurada em 18 de setembro de 1899, “servindo uma das zonas cafeeiras mais importantes de nosso município”, segundo proclamava um guia de Campinas do início do século, e acrescentando que “esta via férrea é uma das mais interessantes já pelo terreno pouco acidentado que percorre, já pelos sertões que começa a atravessar a duas léguas da cidade, até quase o ponto final”.

A municipalidade de Campinas concedeu à **Funilense** grandes facilidades para que ela pudesse ser levada avante, inclusive permitindo que sua estação inicial se localizasse junto ao mercado da cidade, então em construção, e onde permaneceu até ser incorporada pela Sorocabana, que transferiu a estação inicial para o Bonfim. O curioso é que, mesmo depois de adquirida pela Sorocabana, a antiga Funilense continuou sendo chamada de **Ramal Funilense** (da Sorocabana), como se viam nos quadros de horários afixados nas estações ou nas indicações do famoso **Guia Levi**. Em lembrança da velha e saudosa ferrovia campineira (que em vez de desativada deveria, tal como o **Ramal Férreo**, ter sido reaparelhada), propus o seu nome para uma rua da Vila Nova, que era percorrida em quase toda a sua extensão pelos seus trilhos. E lá se pode ler nas placas **Rua Funilense**, e sob o nome, especificado, “Antiga Ferrovia”.

Poucas cidades do Brasil têm uma história ferroviária tão interessante quanto a de Campinas. Para que prejudicá-la com informações errôneas e fora de propósito ? (4-1-1980).



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

